

Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)

**Instituto de Desenvolvimento Agropecuário
do Estado do Amazonas (IDAM)**

**Estudo para Melhoria da Qualidade de Vida
das Populações Rurais
Através da Agricultura
Gestão e Manejo
Racionais dos Recursos Naturais
do Estado do Amazonas
República Federativa do Brasil**

RELATÓRIO PRINCIPAL

FEVEREIRO 2002

NIPPON KOEI CO., LTD.

AFA
JR
02 - 08

LISTA DE RELATÓRIO

RESUMO

RELATÓRIO PRINCIPAL

Taxa de Moeda Corrente

US \$ = Dólares Estadais Unidos, R\$ = Real de Brasileiro

US \$ 1.00 = R\$ 2.699 (31 Outubro, 2001)

J ¥ = Iene Japonês

US \$ 1.00 = J ¥ 122.441 (31 Outubro, 2001)

R\$ 1.00 = J ¥ 45.370 (31 Outubro, 2001)

PREFÁCIO

Atendendo solicitação do Governo Brasileiro, o Governo Japonês resolveu levar a cabo uma missão de Estudo para Melhoria da Qualidade de Vida das Populações Rurais Através da Agricultura Gestão e Manejo dos Recursos Naturais do Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, cuja responsabilidade foi delegada à Agencia de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

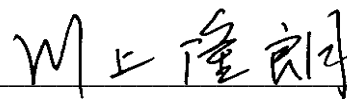
A JICA enviou ao Brasil uma Equipe de Estudo liderada pelo Sr.Masamitsu Fujioka, da Nippon Koei Co. Ltd., que ao todo realizou quatro viagens de estudos no período compreendido entre Março de 2000 a Fevereiro de 2002.

A Equipe manteve varias reuniões com representantes e autoridades do Governo Brasileiro e realizou cinco pesquisas de campo na Área de Estudo, além de estudos complementares cujos resultados levaram a preparação do relatório.

Acredito que este relatório seja fundamental para implementação do Projeto como também para o melhoramento das relações entre os nossos países.

Aproveito o ensejo para agradecer a todos os servidores, representantes e autoridades do Governo Brasileiro por todo apoio que foi dispensado a Equipe.

Fevereiro 2002



Sr. Takao KAWAKAMI
Presidente Agencia de
Cooperação Internacional do
Japão (JICA)

Fevereiro, 2002

Ilmo. Sr.
Takao KAWAKAMI
M.D. Presidente da
Agencia Internacional de Cooperaçao do Japao - JICA
Tokio, Japao

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que estamos encaminhando para a sua avaliação o relatório do Estudo para Melhoramento da Qualidade de Vida das Populações Rurais Através da Agricultura, Gestão e Manejo Racionais dos Recursos Naturais do Estado do Amazonas, na Republica Federativa do Brasil.

Este relatório retrata os resultados de todos os trabalhos realizados no Brasil e no Japão durante um período de 24 meses entre Março de 2000 e Fevereiro de 2002.

A Área de Estudo foi constituída pelos municípios de Iranduba, Itacoatiara e Maués que juntos cobrem uma região de 51,000 km² no Estado do Amazonas. O objetivo do Estudo era formular um plano de geração de emprego e renda através da criação de um sistema agrícola que possibilitasse o uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

O principal fator de desenvolvimento detectado neste Estudo está diretamente relacionado ao melhoramento da produtividade das culturas alvo e da pesca, ao fortalecimento das associações de produtores, ao melhoramento da comercialização e acesso a crédito, ao melhoramento dos serviços de extensão rural e das instalações agrícolas e da preservação ambiental que deve ser orientado pelas três estratégias do projeto (melhoramento da produtividade e qualidade dos produtos, melhoramento dos meios e formas de comercialização e das ações sociais) e pelas duas estratégias básicas (capacitação dos produtores rurais e dos servidores dos órgãos responsáveis pela implementação do Projeto). O numero estimado de domicílios no campo a serem diretamente beneficiados pelo êxito do Projeto chega a 5,874.

Acreditamos que a implementação do Projeto irá contribuir para o aumento dos padrões de vida dos produtores residentes nas áreas estudadas como também para o desenvolvimento socioeconômico da zona rural assim como para o fortalecimento das relações cordiais e de bons propósitos entre o Japão e o Brasil.

Aproveitamos o ensejo para apresentar nossos sinceros agradecimentos a JICA, ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca por todo o inestimável apoio e cooperação que nos foram prestados durante o cumprimento da nossa missão. Queremos também ratificar nosso mais profundo agradecimento aos Escritórios da JICA no Brasil, a Embaixada do Japão, ao Consulado Geral do Japão em Manaus, ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM) e a todas as autoridades do Governo Brasileiro que não mediram esforços para cooperar e apoiar os trabalhos e estudos de pesquisa que foram realizados no campo.

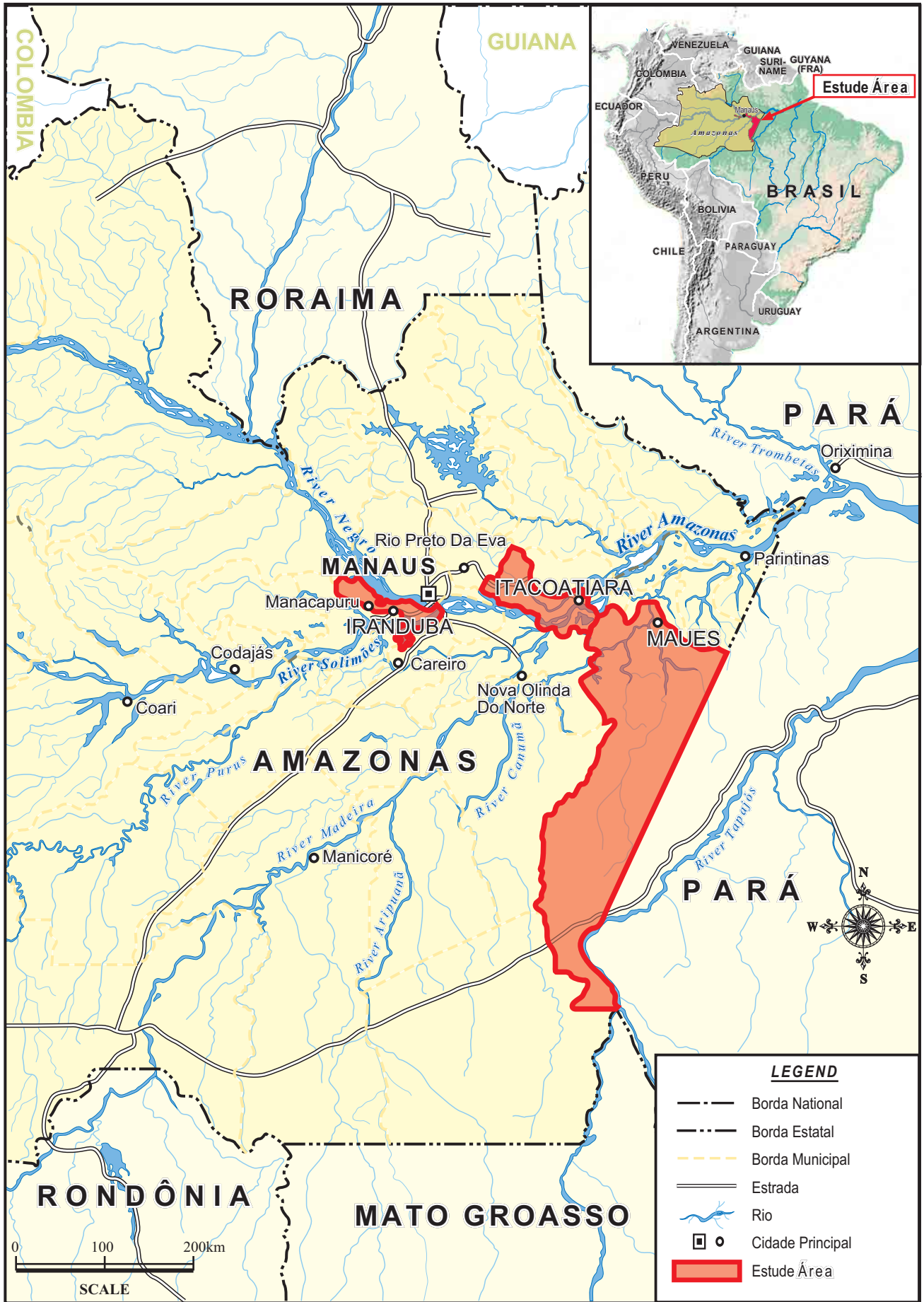
Cordialmente,



Masamitsu FUJIOKA

Chefe da Equipe

do Estudo para Melhoramento da Qualidade de Vida das Populações Rurais Através da Agricultura, Gestão e Manejo Racionais dos Recursos Naturais do Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil



MAPA DE LOCAL DA ÁREA DE ESTUDO

Fotografia (1/6)



Typical Farm Family House, Iranduba



Iron Plate for Making Farinha (roasting)



Farinha Making by Family



Floating Store, Maues



ASCOPE Floating Collecting and Processing Facility,
Itacoatiara



Rural Canoes, left one has "rabeta(simple motor)"



Vegetable (eggplant) Cultivation in Plasticulture, Iranduba



Farmland (Varzea) by Solimoes River

Fotografia (2/6)



Flooded Forestry , Iranduba



Vegetables Cultivation by "Canteiras" (1/2)



Vegetables Cultivation by "Canteiras" (2/2)



Improved "Canteiras" on demonstrative tested by Amazonas University



Improved "Canteiras" Medium (Scrap Charcoal, waste wood)



Slash and Burn (1/3) ,Maues



Slash and Burn (3/3) , Maues



Slash and Burn (2/3) , Maues

Fotografia (3/6)



Cleared Forestry



Agroforestry, Tome-Açu (1/4)



Agroforestry, Tome-Açu (2/4)



Agroforestry, Tome-Açu (3/4)



Agroforestry, Tome-Açu (4/4)



Cupuaçu Tree

Fotografia (4/6)



Açaí Tree



Maracuja Tree



Guaraná Tree



Organic Compost Making



Fish Market in Manaus (Panair)



Market in Manaus (Panair)



Tropical Fruits Processing Plant in Tome-Açu
(Production Line)



Tropical Fruits Processing Plant in Tome-Açu
(Packing of Frozen Plup)

Fotografia (5/6)



Washed Cupuaçu for Processing



Guaraná Processing Products
(Bar, Powder, Concentrated Liquid)



Typical Fishing by Rural Fisherman



Net Cage Culture of Pirarucu in Iranduba,
Amazonas Ecopexie LTDA.



Small-scale Net Cage of EMBRAPA,
Lago do Arianzinho, Iranduba



IDAM Barbina Hatchery (IBH)

Fotografia (6/6)



Private Frozen Fish Production Plant



Workshop in Maués



Workshop in Itacoatiara



Rural Water Supply Facility



Rural Wireless Radio Station



Regular Boat
(it is important to transport by rural people)



Church in Rural Area (Floating)
, Communication Place in Community

**ESTUDO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA
DAS PUPULAÇÕES RURAIS
ATRAVÉS DA AGRICULTURA, GESTÃO
E MANEJO RACIONAIS DOS RECURSOS NATURAIS
DO
ESTADO DO AMAZONAS,
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

RELATÓRIO PRINCIPAL

Índice

	<u>Página</u>
CAPÍTULO I APRESENTAÇÃO	1 - 1
1.1 Autoridade.....	1 - 1
1.2 Evolução dos Trabalhos	1 - 1
1.2.1 Fase-I Primeiro Trabalho de Campo no Brasil	1 - 1
1.2.2 Fase-I Segundo Trabalho de Campo no Brasil.....	1 - 2
1.2.3 Fase-I Trabalho de Escritório no Japão.....	1 - 3
1.2.4 Fase-II Terceiro Trabalho de Campo no Brasil	1 - 3
1.2.5 Fase-II Trabalho de Escritório no Japão	1 - 4
1.2.6 Fase-II Adiante Trabalho de Campo no Brasil.....	1 - 4
1.2.7 Fase-II Trabalho de Escritório no Japão	1 - 4
1.3 Agradecimentos	1 - 4
CAPÍTULO II HISTÓRICO DO ESTUDO	2 - 1
2.1 Histórico do Estudo.....	2 - 1
2.2 Objetivos	2 - 1
2.3 Área de Estudo e Beneficiários	2 - 2
2.4 Agência Contraparte (IDAM)	2 - 2
2.4.1 Esboço da Função Principal	2 - 2
2.4.2 Organização.....	2 - 2
CAPÍTULO III SÓCIO-ECONOMIA NACIONAL E REGIONAL	3 - 1
3.1 Sócioeconomia Nacional.....	3 - 1
3.1.1 Território e População	3 - 1
3.1.2 Economia Nacional	3 - 1
3.1.3 O Setor Agrícola.....	3 - 2
3.2 Sócio-economia Regional	3 - 2
3.2.1 População	3 - 2

3.2.2	Agricultura e Industrialização	3 - 4
3.3	Programa Governamental de Apoio à Agricultura.....	3 - 5
3.3.1	Apoio Financeiro aos Agricultores - PRONAF e Outros Programas.....	3 - 5
3.3.2	Seguridade Social para os Trabalhadores Rurais.	3 - 9
3.3.3	Política do Governo Estadual – Programa “Terceiro Ciclo”	3 - 10
CAPÍTULO IV ABORDAGEM BÁSICA.....		4 - 1
4.1	Implementação das Investigações Participativas.	4 - 1
4.1.1	Identificação dos Beneficiários.....	4 - 1
4.1.2	Classificação dos Beneficiários do PRONAF.....	4 - 2
4.1.3	Rápida Avaliação Rural e Pesquisa por Questionário.	4 - 4
4.1.4	Oficinas do CMDR e Execução do PCM.....	4 - 5
4.1.5	Entrevista com Beneficiários	4 - 8
4.1.6	Reuniões com Representantes das Prefeituras Municipais.	4 - 10
CAPÍTULO V CONDIÇÕES ATUAIS NA ÁREA DE ESTUDO		5 - 1
5.1	Condições Naturais	5 - 1
5.1.1	Topografia	5 - 1
5.1.2	Características do Território.....	5 - 2
5.1.3	Geologia.....	5 - 2
5.1.4	Meteorologia	5 - 3
5.1.5	Hidrologia e Qualidade da Água.....	5 - 4
5.2	Aspectos Ambientais.....	5 - 6
5.2.1	Ecologia, Fauna e Flora	5 - 6
5.2.2	Fauna e Flora Protegidas.....	5 - 7
5.2.3	Parques Nacionais e Áreas de Conservação.....	5 - 7
5.2.4	Desmatamento.....	5 - 8
5.2.5	Povos Indígenas	5 - 10
5.2.6	Erosão e Deterioração do Solo.....	5 - 10
5.2.7	Sedimentação do Solo.....	5 - 11
5.2.8	Mudança de Vegetação.....	5 - 11
5.2.9	Avalise da AAI.....	5 - 11
5.3	Manejo Ambiental.....	5 - 13
5.3.1	Organização Ambiental.....	5 - 13
5.3.2	Procedimentos para TIA (Taxa de Impacto Ambiental).....	5 - 14
5.3.3	Sistema de Licenciamento Ambiental.....	5 - 15
5.3.4	PPG7	5 - 16
5.3.5	Manejo dos Recursos Florestais.....	5 - 19
5.3.6	Manejo dos Recursos Aquáticos.	5 - 20

5.4	Sociedade Rural	5 - 22
5.4.1	Município de Iranduba	5 - 22
5.4.2	Município de Itacoatiara	5 - 26
5.4.3	Município de Maués.....	5 - 28
5.5	Agricultura, Produção Pesqueira, Beneficiamento e Distribuição.....	5 - 30
5.5.1	Guaraná	5 - 30
5.5.2	Hortaliças	5 - 41
5.5.3	Frutas Tropicais.....	5 - 51
5.5.4	Peixes Capturados na Natureza (Pesca de Captura).....	5 - 70
5.5.5	Peixe em Cativeiro (Piscicultura)	5 - 75
5.6	Comercialização dos Produtos Agrícolas e Pesca.....	5 - 80
5.6.1	Identificação do Sistema de Distribuição.....	5 - 80
5.6.2	Mercado Municipal em Manaus.....	5 - 81
5.6.3	Comercialização do Guaraná.	5 - 83
5.6.4	Comercialização de Hortaliças.....	5 - 86
5.6.5	Comercialização de Frutas Tropicais.	5 - 92
5.6.6	Comercialização do Pescado.....	5 - 95
5.7	Economia Agrícola.....	5 - 98
5.7.1	Guaraná	5 - 98
5.7.2	Hortaliças	5 - 104
5.7.3	Frutas Tropicais.....	5 - 107
5.7.4	Pesca Familiar e Piscicultura	5 - 108
5.8	Associação dos Produtores e Aspectos Institucionais.....	5 - 111
5.8.1	Organização dos Produtores e Outras nas Comunidades.....	5 - 111
5.8.2	Número de Associações de Produtores Voltadas para Atividades de Desenvolvimento Agrícola.....	5 - 118
5.8.3	Associações dos Pescadores.....	5 - 125
5.9	Atividades das Organizações Não Governamentais. (ONGs).....	5 - 127
5.10	Competências e Atividades das Agências de Apoio.....	5 - 130
5.10.1	IDAM.....	5 - 130
5.10.2	Atividades do IDAM Relacionados à Pesca e Piscicultura.....	5 - 140

CAPÍTULO VI REVISÃO DA EXPERIÊNCIA NO AMAZONAS SOBRE AGRICULTURA, PESCA, COMERCIALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 6 - 1

6.1	Pesquisa Realizada pela EMBRAPA e Outras Entidades, Projetos Similares e Programas Correlatos.	6 - 1
6.1.1	Agricultura e Pesca Ambientalmente Sustentável.....	6 - 1
6.1.2	Guaraná	6 - 11

6.1.3	Hortalças	6 - 24
6.1.4	Frutas Tropicais.....	6 - 29
6.1.5	Criação de Peixes em Cativeiro	6 - 36
6.1.6	Processamento, Distribuição e Comercialização.	6 - 39
6.1.7	Associações de Produtores.....	6 - 57
CAPÍTULO VII LIÇÕES APRENDIDAS ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA		7 - 1
7.1	Produtividade e Manejo Agrícola das Culturas Alvo.....	7 - 1
7.1.1	Agricultura e Pesca AmbientalmenteSustentável.....	7 - 1
7.1.2	Guaraná	7 - 12
7.1.3	Hortalças	7 - 25
7.1.4	Frutas Tropicais.....	7 - 31
7.1.5	Peixes de Cativeiro.....	7 - 37
7.2	Beneficiamento, Distribuição e Comercialização.	7 - 43
7.2.1	Culturas Agrícolas.....	7 - 43
7.2.2	Peixes de Cativeiro.....	7 - 48
7.3	Associação dos Produtores.....	7 - 49
7.3.1	Lições Aprendidas com Associações de Produtores e Experiência das ONGs em Projetos.	7 - 49
7.4	Serviços de Apoio.	7 - 61
7.4.1	Seguridade Social para os Produtores Rurais.....	7 - 61
7.4.2	Infra-estrutura para Fornecimento da Certidão de Nascimento aos Produtores Rurais.....	7 - 69
7.4.3	Facilitação do Acesso à Seguridade Social.	7 - 71
7.4.4	Recomendações para Melhoria do Acesso aos Serviços Sociais.	7 - 72
7.4.5	CONTAG e Serviços da Associação para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	7 - 73
7.4.6	Associação de Piscicultura.....	7 - 76
7.5	Manejo Ambiental.....	7 - 78
7.5.1	Manejo Ambiental.....	7 - 78
7.5.2	Condições Existentes no ZEE.	7 - 79
7.5.3	Considerações sobre os Resultados do ZEE	7 - 80
7.5.4	Relação com Futuros Projetos.....	7 - 80
CAPÍTULO VIII DEMANDA DE MERCADO E TENDÊNCIAS DO CONSUMIDOR		8 - 1
8.1	Guaraná	8 - 1
8.1.1	Abordagem Básica	8 - 1
8.2	Vegetais	8 - 3
8.2.1	Demanda de Mercado e Consumo per Capita.	8 - 3

8.2.2	Estimativa da Quantidade de Vegetais Importados.....	8 - 4
8.2.3	Estimativa de Demanda e Consumo per Capita de Vegetais no Amazonas.....	8 - 8
8.2.4	Estimativa da Demanda Futura de Vegetais.....	8 - 9
8.2.5	Seleção de Vegetais Promissores	8 - 10
8.3	Frutas Tropicais.....	8 - 18
8.3.1	Tendência Atual dos Consumidores no Mercado de Manaus	8 - 18
8.3.2	Análise da Demanda de Mercado para Cupuaçu e Açaí	8 - 18
8.3.3	Análise da Demanda de Mercado da Banana e Maracujá.....	8 - 24
8.4	Peixes de Cativeiro.....	8 - 25
8.4.1	Tendência atual dos Consumidores no Mercado de Manaus.	8 - 25
8.4.2	Demanda Atual de Mercado por Peixes de Cativeiro.	8 - 26
8.4.3	Perspectiva da Demanda Potencial para Peixes de Cativeiro.	8 - 29
CAPÍTULO IX ABORDAGEM LÓGICA E OBSERVAÇÕES ANALÍTICAS		9 - 1
9.1	Análise do Projeto.....	9 - 1
9.2	Análise dos Problemas	9 - 1
9.2.1	Aspectos Gerais.....	9 - 1
9.2.2	Produção Agrícola.....	9 - 1
9.2.3	Pesca e Piscicultura.....	9 - 19
9.2.4	Distribuição e Processamento	9 - 22
9.2.5	Comercialização.....	9 - 29
9.2.6	Meio Ambiente.....	9 - 34
9.2.7	Condições Sociais e Associações dos Produtores.....	9 - 37
9.2.8	Competência da Agência de Apoio (IDAM).....	9 - 43
9.3	Análise Objetiva.....	9 - 44
9.3.1	Aspectos Gerais.....	9 - 44
CAPÍTULO X ABORDAGEM DO PROJETO E ESTRATÉGICA BÁSICA PARA PLANEJAMENTO.....		10 - 1
10.1	Estratégias dos Projetos	10 - 1
10.1.1	Estratégias Básicas de Desenvolvimento.....	10 - 1
10.1.2	Principais Estratégias e Componentes.	10 - 1
10.2	Produção Agrícola das Culturas Alvo.	10 - 2
10.2.1	Guaraná	10 - 2
10.2.2	Hortaliças	10 - 6
10.2.3	Frutas Tropicais.....	10 - 7
10.2.4	Peixes de Cativeiro (Piscicultura).....	10 - 8
10.2.5	Importantes Projetos para Futuras Considerações.	10 - 10
10.3	Beneficiamento e Distribuição.....	10 - 10

10.3.1	Visão Geral.....	10 - 10
10.3.2	Guaraná	10 - 11
10.3.3	Hortaliças	10 - 11
10.3.4	Frutas Tropicais.....	10 - 12
10.3.5	Peixes de Cativeiro.....	10 - 13
10.4	Comercialização.....	10 - 14
10.5	Associação dos Produtores.....	10 - 16
10.5.1	Apresentação da Abordagem para Fortalecimento das Associações de Produtores.....	10 - 16
10.5.2	O Conteúdo do Programa.....	10 - 17
10.6	Aspectos Ambientais.....	10 - 18
10.7	Fortalecimento das Funções da Agência de Apoio (IDAM).....	10 - 19
CAPÍTULO XI	PRINCÍPIOS DO PROJETO E MATRIZ DO FORMATO DO PROJETO.	11 - 1
11.1	Principais Pré-requisitos do Projeto.....	11 - 1
11.1.1	Capacidade da Agência de Implementação (IDAM)	11 - 1
11.1.2	Fortalecimento das Associações dos Produtores.....	11 - 3
11.1.3	Adoção da Agricultura Ambientalmente Sustentável e do Desenvolvimento Pesqueiro.....	11 - 8
11.2	Matriz do Formato do Projeto.....	11 - 9
11.2.1	Plano Geral.....	11 - 9
11.2.2	Associações dos Produtores.....	11 - 11
11.2.3	Meio Ambiente.....	11 - 14
11.2.4	Agricultura	11 - 16
11.2.5	Piscicultura.....	11 - 21
11.2.6	Beneficiamento, Distribuição e Comercialização.....	11 - 21
CAPÍTULO XII	PLANO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES RURAIS.....	12 - 1
12.1	Guaraná.....	12 - 1
12.1.1	Plano Básico.....	12 - 1
12.1.2	Lições Aprendidas: Fatores que Afetam o Plano Básico	12 - 2
12.1.3	Plano Detalhado	12 - 3
12.2	Hortaliças	12 - 7
12.2.1	Direcionamentos e Objetivos Periódicos para o Desenvolvimento do Plano de Melhoria do Cultivo Vegetal.....	12 - 7
12.2.2	Estratégias e Programas para Melhoria do Cultivo Vegetal.....	12 - 9
12.3	Frutos Tropicais.....	12 - 16
12.3.1	Plano Básico.....	12 - 16

12.3.2	Plano de Implementação	12 - 16
12.4	Piscicultura.....	12 - 18
12.4.1	Plano Básico.....	12 - 18
12.4.2	Melhoria Qualidade de Vida Através da Piscicultura de Pequena Escala	12 - 23
12.4.3	Adoção do Programa de Criatórios em Lagos	12 - 25
12.5	Beneficiamento, Distribuição e Comercialização.....	12 - 26
12.5.1	Visão Geral do Plano.....	12 - 26
12.5.2	Descrição dos Projetos.....	12 - 28
12.6	Meio Ambiente.....	12 - 36
12.7	Organização dos Produtores.....	12 - 39
12.8	Custo do Projeto.....	12 - 44

CAPÍTULO XIII AVALIAÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES RURAIS.....		13 - 1
13.1	Geral.....	13 - 1
13.2	Beneficiários	13 - 2
13.2.1	Guaraná	13 - 2
13.2.2	Hortaliças	13 - 2
13.2.3	Frutas Tropicais.....	13 - 4
13.2.4	Piscicultura.....	13 - 4
13.3	Recomendações.....	13 - 6
13.3.1	Ponderações sobre este Projeto	13 - 6

Anexos

Anexo 5.1.3-1	Características do Rio Amazonas
Anexo 5.1.4-1	Dados Meteorológicos de Manaus (1/2 - 2/2)
Anexo 5.1.5-1	Mapa Hidrográfico
Anexo 5.2.1-1	Principais Espécies de Pescado Alvo no Estado do Amazonas
Anexo 5.2.3-1	Unidade de Preservação Federal
Anexo 5.2.3-2	Unidade de Conservação do Amazonas
Anexo 5.2.3-3	Composição das Áreas de Reserva e Parques
Anexo 5.2.3-4	Unidade Estadual de Preservação
Anexo 5.2.4-1	Localização das áreas com alto nível de degradação
Anexo 5.2.5-1	Mapa dos Territórios Indígenas no Amazonas
Anexo 5.3.1-1	Organização do IPAAM
Anexo 5.3.1-2	Organização IBAMA/AM
Anexo 5.3.1-3	Organização PGAI/AM

- Anexo 5.3.2-1 Tramite do EIA (RIMA)
- Anexo 5.3.4-1 Titulo dos Projetos e Objetivos dos Sub-Programas dos Projetos em Desenvolvimento.
- Anexo 5.3.4-2 Estrutura Institucional do PPG7
- Anexo 5.3.4-3 Organizações Existentes e Tramite do Projeto de ZEE
- Anexo 5.3.4-4 Organização para Implementação do Projeto de ZEE
- Anexo 5.3.4-5 Informação Sobre Novas Propostas de Projetos pelo PPG7 (1/3 - 3/3)
- Anexo 5.3.5-1 Aplicação e Procedimento do Plano de Manejo Florestal
- Anexo 5.5.2-1 Dados Produtivos de Hortaliças na Área de Estudo (1997 - 2000)
- Anexo 5.5.3-1 Condições Climáticas em Manaus e Itacoatiara
- Anexo 5.5.4-1 Produção Pesqueira no Brasil em 1993 - 1997
- Anexo 5.5.4-2 Produção de Peixe Congelado por Frigoríficos no Estado do Amazonas (1994 - 1998)
- Anexo 5.5.4-3 Produção de peixe congelado por tipo de produto e espécie de peixe no Estado do Amazonas (1994 - 1998)
- Anexo 5.5.5-1 Distribuição de Criatórios de Peixe em Cativeiro no Estado do Amazonas
- Anexo 5.5.5-2 Calculo de Taxas para Licenciamento para Piscicultura e Licenciamento Ambiental
- Anexo 5.6.6-1 Exportação de Produtos de Peixes Congelados no Estado do Amazonas (1994 - 1998)
- Anexo 5.6.6-2 Índice de ocorrência das espécies mais preferidas e rejeitadas pelas comunidades ribeirinhas.
- Anexo 5.7.2-1 Orçamento estimado para cultivo por hectare
- Anexo 5.7.4-1 Distribuição dos domicílios de agricultores de pequena escala em relação aos dias de pesca por mês.
- Anexo 5.7.4-2 Revisão da pesquisa suplementar através de entrevista sobre pesca e piscicultura em Iranduba e Manacapuru
- Anexo 5.7.4-3 Diferentes atividades de Piscicultura em Iranduba e Manacapuru levantadas através da Pesquisa de Campo.
- Anexo 6.1.1-1 Resumos ampliados (1/6 - 6/6)
- Anexo 6.1.2-1 As mais recentes e principais pesquisas e artigos historiográficos sobre a Produção de Guaraná. (1/3 - 3/3)
- Anexo 6.1.3-1 Bibliografia referente aos Frutos Tropicais (1/3 - 3/3)
- Anexo 6.1.5-1 Revisão de importante conhecimento básico sobre a produção de semente
- Anexo 6.1.6-1 Perfis resumidos de empreendimentos selecionados no ramo de agro-beneficiamento que utilizam as culturas alvo da JICA.
- Anexo 6.1.6-2 Importantes Pesquisas e Artigos historiográficos sobre beneficiamento, distribuição e comercialização de Guaraná, frutas tropicais e hortaliças (1/3 - 3/3)
- Anexo 6.1.7-1 Bibliografia (Associação de Produtores: 1/2 - 2/2)
- Anexo 7.1.5-1 Dados comparativos sobre atividades de piscicultura em 27 estados brasileiros

Anexo 7.1.5-2	Realidade dos criatórios de peixe em cativeiro.
Anexo 7.1.5-3	Viabilidade da cultura do surubim no Mato Grosso do Sul
Anexo 7.5.1-1	Componentes do Projeto PPG7
Anexo 8.4.3-1	Produção de peixe congelado e exportação das espécies alvo pelos Frigoríficos no Estado do Amazonas (1994 - 1998)
Anexo 10.2.5-1	Esboço dos projetos com enfoque na pesca, a serem examinados no futuro
Anexo 12.4.1-1	Dados iniciais sobre o numero ideal de engenheiros de pesca no IDAM
Anexo 12.4.2-1	Especificação e custos de construção das instalações para piscicultura
Anexo 12.4.2-2	Verificação de custo e benefício das famílias de piscicultores (1) Barragem
Anexo 12.4.2-3	Verificação de custo e benefício das famílias de piscicultores (2) cultura em gaiolas
Anexo 12.4.3-1	Avaliação dos locais e beneficiários em potencial para o Programa de Piscicultura em Lagos
Anexo 13.1.4-1	Criação objetiva das variáveis dos indicadores após o inicio do Programa de Desenvolvimento da Piscicultura nos três Municípios Alvo.
Anexo 13.1.4-2	Numero de alevinos necessários apos o inicio do Programa de Desenvolvimento da Piscicultura nos três Municípios alvo.

Encarte

Encarte-1	Escopo do Trabalho (E/T)
Encarte-2	Ata da reunião do E/T
Encarte-3	Ata da reunião do Relatório Inicial
Encarte-4	Ata da reunião do Relatório de Progresso I
Encarte-5	Ata da reunião do estudo de abordagem sobre a piscicultura.
Encarte-6	Ata da reunião do Relatório Progresso II
Encarte-7	Ata da reunião do Relatório Intermediário
Encarte-8	Ata da reunião do Relatório Progresso III
Encarte-9	Ata da reunião da Versão Final do Relatório

Lista de Abreviações

	<i>Português</i>	<i>Inglês</i>
AAM	Associação Amazonense dos Municípios	Amazon Municipalities' Association
ACER	-	Guarana Extension Agency (Brazil Government)
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas	Foment Agency of the Amazon State
AMA	Apoio ao Monitoramento e Análise	Supporting for Monitoring and Analysis (PPG7 subprogram)
ANDEF	Associação Nacional de Defesa Vegetal	National Association of Vegetable Protection
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	NGO
APIR	Associação dos Povos Indígenas de Roraima	Indigenous People's Association in Roraima
ASCOPE	Associação das Cooperativas do Amazonas	Agricultural Cooperative (Itacoatiara)
ASTRI	Associação de trabalhadores rurais de Iranduba	Rural Labors Association in Iranduba
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	Technical Assistant/Rural Extension Program
BASA	Banco da Amazônia	Bank of Amazon
BB	Banco do Brasil	Bank of Brazil
BEA	Banco do Estado do Amazonas	Bank of Amazon State
BNB	Banco do Nordeste	Bank of Northeast
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	National Bank of Economical and Social Development
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu	Fruits Processing Association in Tomé-Açu
Cantina	-	Floating Store of ASCOPE (Itacoatiara)
Cartorio	-	System of Notary Public in Rural Area
CEASA	Centrais de Abastecimento do Amazonas	Amazon Food Supply Central
CEDR	Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural	State Council of Rural Development
CEF	Caixa Econômica Federal	Federal Savings Bank (Dept.)
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Executive Commission of the Cocoa Plantation Plan
CEPNOR	Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira do Norte do Brasil	Fishing Research and Extension Center in the North of Brazil
CIEAM	Centro da Indústria do Estado do Amazonas	Industry Center of the Amazon State
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas	Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho	Consolidation of the Labor Laws
CMDR	Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural	Municipal Council of Rural Development
CNDR	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural	National Council of Rural Development
CNP	Confederação Nacional dos Pescadores	National Fishery Cooperative
CODEAGRO	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário	Agropecuary Development Company
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Indigenous Organization Coordination of the Brazilian Amazon
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente	National Environment Council
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas	National Confederation of the Agricultural Workers
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas	Land Register (Certificate)
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Pastoral da Terra Commission
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	Regional Council of Engineering, Architecture and Agronomy
DECEX	Departamento de Operações de Comércio Exterior	Department of Operations of External Trade
DFA	Delegacia Federal da Agricultura	Department of Fishery and Aquaculture, MAA
DFID	Departamento para Desenvolvimento Internacional, UK (Department of International Development)	Department of International Development, UK

	<i>Português</i>	<i>Inglês</i>
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento	National Department of Works and Sanitation
DPA	Declaração de Produtor Antigo	Federal Delegation of Agriculture, MAA
DRT	Delegacia Regional do Trabalho	Regional Labor Office
EAFM	Escola Agrotecnica Federal de Manaus	Federal Agro-technical School in Manaus
EEZ	Exclusive Economic Zone	Exclusive Economic Zone
EIA	Estudo sobre Impacto Ambiental Taxa de Impacto Ambiental (TIA) Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)	Environmental Impact Assessment
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Brazilian Agricultural Research Enterprise
FAO	Organização Internacional de Alimentos e Agricultura	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	Constitutional Fund for Central-west Region
FEPESCA	Federação dos Pescadores	Fishermen Federation
FEPESCA/AM/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura	Fishermen Federation – Amazon/Roraima
FETAGRI	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas	Federation of Rural Labors
FIEAM	Financiadora de Estudos e Projetos	Industry Federation of the Amazon State
FMPES	Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas	State Fund to Assist Farmers, Breeders and Small Industries
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	Constitutional Fund for North-east Region
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	Constitutional Fund for North Region
FPM	Fundo de Participação dos Municípios	Municipal Tax
FTI	Fundo de Fomento ao Turismo e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas	Fomentation Fund to Tourism and Interiorization Development of the State of Amazonas
FUA	(Fundação) Universidade do Amazonas	Amazon Federal University
FUNAI	Fundação Nacional do Índio	National Indian Foundation
FUNASA (FNS)	Fundação Nacional de Saúde	National Health Foundation
FVA	Fundação Vitoria Amazonica	Amazon Vitoria Foundation (NGO)
GDP	PIB (Produto Interno Bruto)	Gross Domestic Product
GIAC	Grupo Internacional de Ajuda Científica	International Group of the Scientific Assistance
GMP	BPM (Boas Práticas de Manufatura)	Good Manufacturing Practices
GTZ	Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit	German Aid Agency
HACCP	APPCC (Análise de Perigo de Pontos de Críticos de Controle)	Hazard Analysis Critical Control Point
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Brazilian Institute of Renewable Environment Resources
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	Brazilian Institute of Forest Development
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Brazilian Geography and Statistic Board
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	Tax on Circulation of Goods and Services
ICOTI	Instituto de Cooperação Técnica no Interior	Institute for Inter Municipalities Technical Cooperation
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas	Institute of Agricultural and Livestock Development of the State of Amazon
IEC	Informação, Educação e Comunicação	Information, Education and Communication
IEE	Avaliação Ambiental Inicial (AAI)	Initial Environmental Examination
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	National Institute of Colonization and Agrarian Reform
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia	National Institute of Research of Amazon
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social	National Institute of Social Service
IPA	Instituto de Permacultura da Amazônia	Institute of Permaculture of Amazon

	<i>Português</i>	<i>Inglês</i>
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas	Institute of Environment Protection of Amazonas State
IPAB	Instituto de Permacultura Austro Brasileiro	Institute of Permaculture of the South Brazil
IPEAO	Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Oeste	Institute of Agricultural Researches of the West
IPEAN	Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte	Institute of Agricultural Researches of the North
IPM	MIP (Manejo Integrado de Pragas)	Integrated Pest Management
ITAL	Instituto de Tecnologia de Alimentos	Institute of Food (Victual) Technology
ITR	Imposto Territorial Rural	Rural Territorial Tax
IUCN	União para Conservação Mundial	International Union for Conservation of Nature and Natural Resource
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão	Japan International Cooperation Agency
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau	Germany's Leading Promotional Bank
LAA	Relações Exteriores da Amazônia Legal	Legal Amazon Affairs
LISA	Agricultura sustentável com reduzido nível de insumos	Low Input Sustainable Agriculture
MAA	Ministério da Agricultura e do Abastecimento	Ministry of Agriculture and Supply
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia	Ministry of Science and Technology
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Ministry of Agrarian Development
MEC	Ministério da Educação e de Cultura	Ministry of Education and Culture
MMA	Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal	Ministry of Environment, Hydro Resource and Legal Amazon
MOA	Ministério do Agricultura	Ministry of Agriculture
multirão	-	Mutual aid Works (in Community)
NPAR	Plano Nacional de Agricultura Reforma	National Agricultural Reformation Plan
NGO	ONG (Organização Não-Governamental)	Non Governmental Organization
NSFA	Nota Fiscal de Serviço Avulsa	Recipient for Detached Service
NUCEX	Núcleo de Informações de Comércio Exterior	Nucleus of Information of External Trade
PCM	Reuniões Participatórias da Comunidade	Project Cycle Management
PD/A	Projetos Demonstrativos	Demonstration Projects (PPG7 subprogram)
PGAI	Projeto de Gerência Ambiental Integrada	Integrated Environmental Management Project
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural	Municipal Plan for Rural Development
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil	Pilot Program for the Protection of Tropical Rainforest of Brazil
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e às Terras Indígenas da Amazônia Legal	Integrated Project of Protection of Indigenous People and Land of the Amazonian Legal (PPG7 subprogram)
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária	Credit Program for Reform of Agriculture
PRODAM	Processamento de dados Amazonas	Data Processing Agency of Amazonas
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo	Support Program for Development of Extrativisms (PPG7 subprogram)
PROMANEJO	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia	Forest Resources Sustainable Management Project (PPG7 subprogram)
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	National Program for Family Agriculture Enhancement
PROTEGER	Mobilização e Capacitação em Prevenção de Incêndios Florestais	Mobilization and Training in Prevention of Forest Fires (PPG7 subprogram)
PROVARZEA	Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea	Várzea Natural Resources Management Project (PPG7 subprogram)
PROVE	Programa De Verticalização Da Pequena Produção Rural	Program of Verticalization of the Small Rural Producers

	<i>Português</i>	<i>Inglês</i>
PSA	Projeto de Saúde e Alegria	Health and Happiness Project
RECA	Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado	Economical Reforestation and Densification Project
RESEX	Projeto Resex - Reservas Extrativistas	Extractive Reserves (PPG7 subprogram)
RRAQS	Rápida Avaliação Rural e Pesquisa por Questionário	Rapid Rural Appraisal and Questionnaire Survey
S/W	Escopo do Trabalho	Scope of Work
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Assistência a Micro e Pequena Empresa	Assistant Service for Micro and Small Enterprise
SECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias	Program of Revitalization of the Agricultural Cooperatives
SEDEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Manaus	Secretariat of Environment of Manaus
SEFAZ	Secretaria da Fazenda	State Secretary of Finance
SELAPI	Sistema Estadual de Licenciamento de Atividade Potencialmente Importante	State Licensing System for Activities involving Environmental Impact
SEMAF	Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras.	Supply, Market and Fair Municipal Secretary
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Education and Culture Municipal Secretary
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	National Service of Commercial Learning
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Industrial Service of Industrial Learning
SEPLAN/AM	Secretaria de Estado de Planejamento, Administração e Coordenação Geral	State Secretariat of Planning, Management and General Coordination of Amazon
SESAU	Secretaria da Saúde	Secretary of Health
SESC	Serviço Social do Comércio	Commerce Social Service
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	National Service of Training of Cooperatives
SETRAB	Secretaria do Bem Estar Social	Secretary of Social Welfare
SPRN	Sul-Programa de Políticas de Recursos Naturais	Natural Resources Policy Subprogram
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais	Rural Labor Syndicate
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Superintendence for the Development of Amazon
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus	Superintendence for the Free Zone of Manaus
SUHAB	Superintendência de Urbanização e Habitação do Estado do Amazonas	Superintendence for the Inhabitation
TRE	Tribunal Regional Eleitoral	Electoral Regional tribunal
TRT	Tribunal Regional do Trabalho	Labor Regional Tribunal
UEA	Universidade Estadual do Amazonas	State University of the Amazon
UNDP	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas	United Nations Development Programme
WWF	Fundo Mundial para a Natureza	World Wide Fund for Nature
ZFM	Zona Franca de Manaus	Manaus Free Trade Zone

Taxa de Moeda Corrente

US \$ = Dólares Estadais Unidos, R\$ = Real de Brasileiro

US \$ 1.00 = R\$ 2.699 (31 Outubro, 2001)

J ¥ = Iene Japonês

US \$ 1.00 = J ¥ 122.441 (31 Outubro, 2001)

R\$ 1.00 = J ¥ 45.370 (31 Outubro, 2001)

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO

1.1 Autoridade

Esta é a Versão Final do Relatório do Estudo para Melhoria da Qualidade de Vida das Populações Rurais do Estado do Amazonas no Brasil (o Estudo) desenvolvido em consonância com o Escopo de Trabalho (E/T) estabelecido entre o Governo Brasileiro representado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) datado de 15 de Janeiro de 2000.

Este relatório apresenta os resultados de todas as atividades desenvolvidas tanto no Brasil quanto no Japão durante as Fases I e II do Estudo, que abordaram as principais atividades num primeiro estágio, para identificação do *status quo* concernente a questões ambientais, sociais e agrícolas das culturas alvo, dos beneficiários e suas atividades agrícolas, extrativistas e de pesca nas áreas onde foram realizadas as investigações participatórias enfocando aspectos de ordem natural, socioeconômica e ambiental, adicionando-se ainda a criação de estratégias básicas de planejamento para a melhoria das condições de vida das populações rurais. No penúltimo estágio, maior ênfase foi dada aos estudos que abrangem as seguintes questões:

- Revisão da literatura sobre as experiências obtidas no Estado do Amazonas através das pesquisas, projetos similares e programas co-relacionados.
- Análise da replicação das experiências bem sucedidas, acima mencionadas como lição aprendida.
- Avaliação do potencial de produção correspondente ao potencial das demandas das culturas alvo e,
- Matriz do *design* do projeto e planejamento para melhoria de vida das populações rurais.

1.2 Evolução dos Trabalhos.

1.2.1 Fase-I Primeiro Trabalho de Campo no Brasil

(1) Reunião sobre o Relatório Inicial.

Logo após a chegada da Equipe da JICA em Manaus, uma discussão sobre o Relatório Inicial foi realizada com os representantes do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do estado do Amazonas (IDAM) no dia 25 de Abril de 2000. As principais questões da pauta de reunião que foram discutidas e aprovadas pelos dois grupos representantes das equipes do IDAM e do Grupo de Estudo da JICA, estão mencionadas na Ata de Reunião que tratou do Relatório Inicial e que se encontra anexado a este relatório (Anexo 1).

(2) Evolução do Trabalho de Campo

A Equipe de Estudo da JICA realizou pesquisa de campo na Área de Estudo e a principal pesquisa é demonstrada abaixo:

- 1) Coleta de informação
 - Projetos realizados ou/em andamento/ programas relevantes ao Estudo
 - Plano de desenvolvimento Regional/Nacional
 - Conservação ambiental
 - Culturas alvo e atividades pesqueiras
 - Comercialização
- 2) Identificação das condições atuais relacionadas ao meio ambiente, sociedade rural e produção agrícola das culturas alvo e atividades pesqueiras.

Os aspectos seguintes referentes às culturas alvo e atividades pesqueiras foram identificados por investigação “in loco” no campo, através de entrevistas com agricultores e informações obtidas junto às agências envolvidas;

- Produção
- Pós-colheita, beneficiamento.
- Distribuição, comercialização.
- Sistema de serviços de apóio
- Principais dificuldades

3) RAR (Rápida Avaliação Rural) e Pesquisa por questionário

Para melhor conhecimento da comunidade local, foram realizadas pesquisas através de aplicação de questionários e da metodologia da RAR (Rápida Avaliação Rural) com a colaboração de consultores locais terceirizados. Complementarmente a Equipe de Estudo manteve discussão grupal com os líderes e membros das associações de forma a identificar suas opiniões e anseios para melhoramento do meio de vida.

1.2.2 Fase-I Segundo Trabalho de Campo no Brasil

(1) Reuniões sobre espécies de peixes a serem estudados no Setor de Piscicultura.

Durante o estudo da Fase I, as equipes do IDAM e da JICA trocaram opiniões acerca das espécies de pescado a serem estudadas tendo em vista que o entendimento de ambas as equipes era um pouco diferenciado, como foi mencionado no Relatório de Trabalho-I.

No início do estudo da Fase II, duas equipes mantiveram ampla discussão acerca da abordagem do estudo do setor de piscicultura, até chegar a um acordo, como está demonstrado na Ata de Reunião do dia 27 de setembro de 2000 (Anexo 2).

Conforme consta na ata, o tambaqui que é um das espécies cultivadas na aquíicultura,

deverá ser investigado juntamente com outras quatro espécies, com o intuito de apresentá-las como uma alternativa de sustento dos beneficiários do Estudo. Por esta razão o número de espécies a serem estudadas passou para cinco: surubim, matrinhã, jaraqui e tambaqui.

(2) Progresso do Trabalho de Campo

A Equipe de Estudo realizou o Segundo Estudo de Campo na área focal e a principal pesquisa e Estudo trataram da:

- 1) Identificação dos beneficiários através da classificação do PRONAF e suas práticas agrícolas e atividades extrativistas;
- 2) Realização de Workshops da PCM e CMDR na Área Planejada;
- 3) Pesquisa suplementar das condições existentes de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização das culturas alvo, atividades pesqueiras e pisciculturas;
- 4) Pesquisa suplementar das atuais condições das organizações dos agricultores, competências e atividades relacionadas com as agências de apoio e pesquisa;
- 5) Pesquisa suplementar das atuais condições ambientais referentes ao manejo dos recursos naturais;
- 6) IEE;
- 7) Abordagem lógica da realidade estrutural e observações analíticas;
- 8) Os resultados da pesquisa acima subsidiaram a preparação do Relatório de Trabalho II.
- 9) Discussão do Relatório de Trabalho II com o IDAM (Anexo 3).

1.2.3 Fase-I Trabalho de Escritório no Japão

A Equipe de Estudo realizou trabalho interno de escritório no Japão entre 11 de Janeiro e 09 de Fevereiro de 2001. Durante este período a Equipe analisou os dados coletados, que são os principais componentes deste projeto e preparou o Relatório Intermediário.

1.2.4 Fase -II Terceiro Trabalho de Campo no Brasil

(1) Reunião sobre o Relatório Intermediário.

No começo do Terceiro Trabalho de Campo a reunião teve como objetivo a explicação e discussão do Relatório Intermediário. As principais questões foram aprovadas logo no início pelo lado Brasileiro e as estratégias para planejamento propostas pela Equipe de Estudo da JICA também foram bem recebidas. As mesmas são mencionadas na Ata de Reunião do Relatório Intermediário. (Anexo 4).

(2) Trabalho de Campo.

A Equipe de Estudo realizou o Terceiro Trabalho de Campo na Área de Estudo e as principais pesquisas e estudos realizados foram:

- 1) Identificação de projetos em fase de realização ou para desenvolvimento regional

futuro na Área de Estudo;

- 2) Revisão da literatura sobre experiência no Estado do Amazonas na área da pesquisa, de projetos similares ou dos programas correlatos;
- 3) Análise da replicação baseada em experiências bem sucedidas nas áreas citadas no item anterior como lição aprendida;
- 4) Pesquisa suplementar das perspectivas de demanda potencial;
- 5) Avaliação da produção potencial correspondente a demanda potencial pelas culturas alvo;
- 6) Matriz do *design* do projeto e Plano Básico;
- 7) Com o resultado da pesquisa acima foi elaborado o Relatório de Trabalho III;
- 8) Discussão do Relatório de Trabalho III com o IDAM e outros Órgãos envolvidos. (Anexo 5).

1.2.5 Fase-II Trabalho de Escritório no Japão.

A Equipe de Estudo realizou alguns trabalhos internos no escritório do Japão entre 01 e 30 de Setembro de 2001. Durante este período, a Equipe preparou esta Síntese do Relatório Final baseada na análise de todos os estudos realizados durante as Fases- I e II.

1.2.6 Fase-II Adiante Trabalho de Campo no Brasil.

A Equipe de Estudo realizou alguns trabalhos internos no escritório do Japão entre 01 e 30 de Setembro de 2001. Durante este período, a Equipe preparou esta Síntese do Relatório Final baseada na análise de todos os estudos realizados durante as Fases- I e II.

1.2.7 Fase-II Trabalho Interno de Escritório no Japão.

A Equipe de Estudo realizou alguns trabalhos internos no escritório do Japão entre 08 e 22 de Setembro de 2002. Durante este período, a Equipe preparou esta Síntese do Relatório Final baseada na análise de todos os estudos realizados durante as Fases- I e II.

1.3 Agradecimentos.

A Equipe de Estudos da JICA expressa aqui o seu mais sincero agradecimento ao IDAM e aos outros Órgãos envolvidos pelo constante apoio e cooperação. A Equipe também expressa o seu sentimento de gratidão, para com os especialistas contrapartes e para com todas as pessoas, servidores e autoridades públicas e tradutores que participaram e/ou dedicaram seu tempo precioso orientando a Equipe de Estudos durante os trabalhos de campo na Área de Estudo. Mais uma vez, ratificamos a todos, os nossos mais sinceros agradecimentos.

CAPÍTULO II – HISTÓRICO DO ESTUDO

2.1 Histórico do Estudo

O Governo brasileiro anunciou o seu plano plurianual de investimento em 1995, e estabeleceu três metas para o setor agrícola, (i) modernizar as infra-estruturas de transporte e diminuir os custos de exportação, (ii) ampliar as áreas de plantio, e (iii) providenciar treinamento educacional sobre proteção ambiental para os agricultores. O Estado do Amazonas, onde está situada a Área de Estudo, implantou o Projeto do Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, que promove a construção de infra-estrutura rural, financiamento ao setor e técnicas de extensão agrícola.

A economia do Estado do Amazonas é baseada nas indústrias da Zona Franca de Manaus, enquanto os setores de extensão e produção rural permanecem estagnados. Devido às estradas e o abastecimento de água serem precários, somente as áreas periféricas de Manaus levam vantagem para a produção comercial agrícola. A atividade agrícola em outras áreas ainda se restringe a condição de auto-suficiência através da caça e atividades de colheita. Os moradores destas áreas realizam práticas agrícolas, combinando agricultura, silvicultura e pesca. Além da verdade, eles se envolvem em um leque de atividades que incluem a retirada de produtos naturais da floresta, pescado de paranás, dos rios tributários do Rio Amazonas e das culturas alimentares na várzea ou em áreas de roçado.

O Estado do Amazonas planeja efetivamente promover desenvolvimento agrícola acreditando que este tipo de ação é indispensável para o crescimento da economia regional, tendo em vista o término dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus em 2013. Entretanto, o desenvolvimento rural desordenado pode levar a erosão do solo resultando em danos ambientais. Sendo assim, é urgente à necessidade de elaboração pelo Estado de um plano regional de extensão e produção rural, levando em consideração a conservação ambiental. Baseado nisso, o Governo brasileiro solicitou ao Governo Japonês o fornecimento de assistência técnica para o Estudo em outubro de 1988. O Governo Japonês enviou por duas vezes a Equipe de Estudo Preliminar para discutir com o Governo brasileiro, ambos os lados concordaram com o Escopo de Trabalho (E/T) em janeiro de 2000.

2.2 Objetivos

Os objetivos do Estudo são;

- Formular o plano de geração de renda e promoção de oportunidades de emprego através da criação de um sistema agrícola de uso racional dos recursos naturais, o que contribuirá para a conservação do meio ambiente.
- Orientar a transferência de tecnologia às contrapartes brasileiras através de treinamento no trabalho, durante o transcorrer do Estudo.

2.3 Área de Estudo e Beneficiários

Três municípios; MAUES, ITACOATIARA e IRANDUBA, localizados a nordeste e a sudeste do Amazonas (aproximadamente 51.000 km²) foram selecionados para servirem como Área de Estudo.

A população beneficiada no Estudo foi inicialmente dividida em dois grupos; 1) famílias de agricultores que dependem da produção agrícola com limitada faixa de terra, que é definida como produção familiar pelo “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”. 2) Pessoas cujo meio de vida depende das atividades extrativistas na exploração dos recursos naturais, incluindo os da floresta e da fauna aquática.

2.4 Agência Contraparte (IDAM)

2.4.1 Esboço da Função Principal

Em 1996 obedecendo às mudanças no Governo, o IDAM foi criado e incorporado como órgão responsável pela prestação de serviços de extensão, obtenção de insumos agrícolas e assistência financeira. O IDAM é o órgão estadual responsável pelo desenvolvimento do setor agrícola no Estado do Amazonas e, como tal, também responsável pela preparação de um Plano de Desenvolvimento para quatro anos, abrangendo o PRONAF e o Programa de Terceiro Ciclo. O IDAM como mandatário tem que coordenar, implementar e verificar a viabilidade e melhoramento agrícola no Estado do Amazonas.

Este plano de quatro anos compreende o período de 1999 a 2002 e consiste de 14 sub programas como: produção vegetal, produção animal, produção florestal, promoção pesqueira, fornecimento de sementes e mudas, promoção agroindustrial, treinamento, crédito rural, comercialização e padronização dos produtos agrícolas. Figura 2.4.1-1 espetaáculos o Local do IDAM em organizações de governo do Estado de Amazonas

Tabela 2.4.1-1 Principais itens do Plano para Desenvolvimento de 4 anos

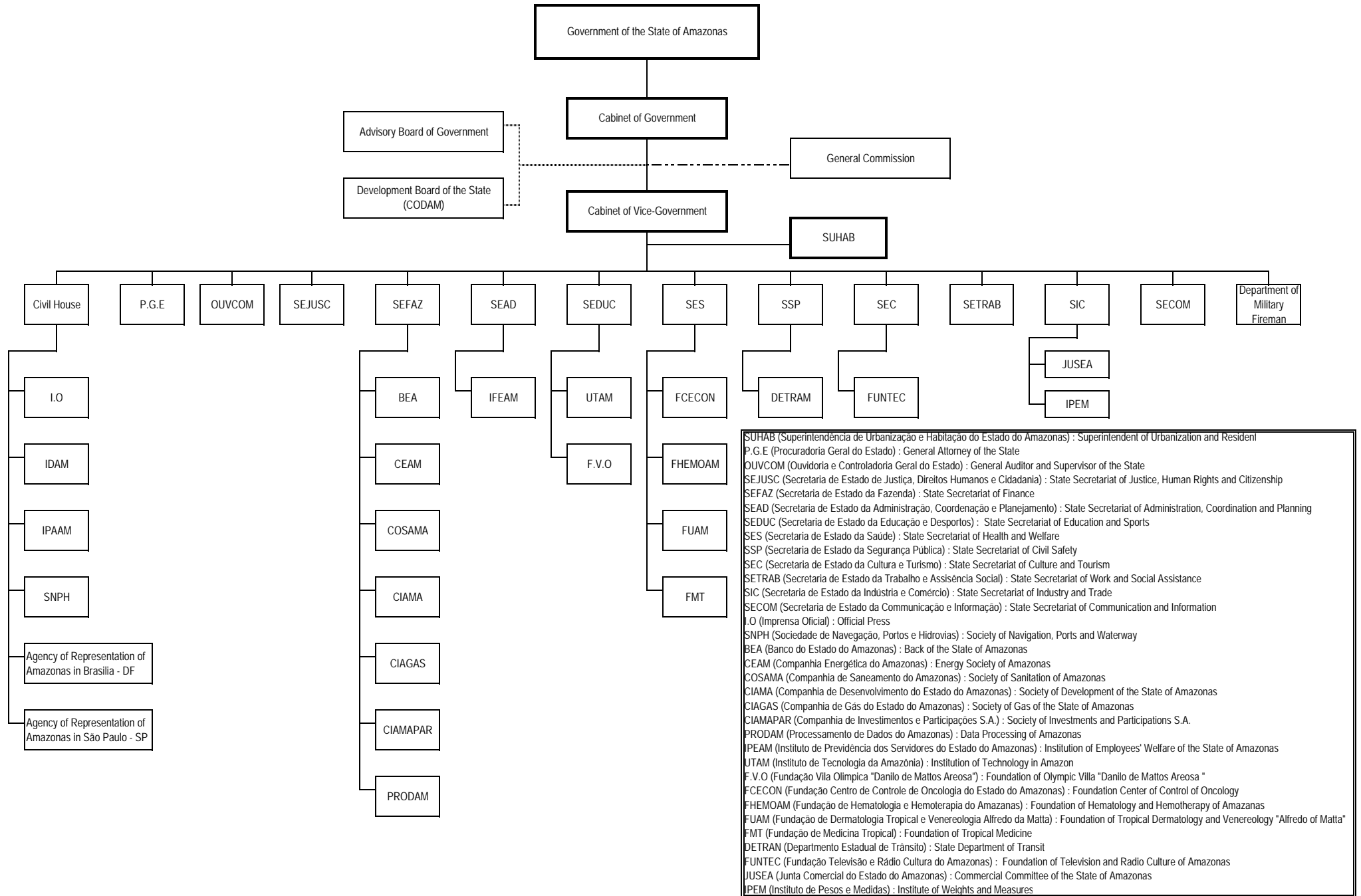
	Unit	1999	2000	2001	2002
Produtores assistidos	Pessoa	38.000	385.000	39.000	40.000
Comunidades assistidas		1.100	1.150	1.200	1.250
Crédito rural	Contrato	32.000	36.800	39.800	41.900
Participação em Seminário de produção	Pessoa	4.500	4.800	5.200	5.500
Área Cultivada (Assistida)	ha	55.000	58.000	60.000	62.000
Área de Plantação de Frutas (Assistida)	ha	12.000	13.000	14.000	15.000
Área de cultivo rápido (Assistida)	ha	10.000	11.000	12.000	13.000
Área de cultivo de hortaliças (Assistida)	ha	2.650	2.750	2.850	2.950

Fonte: IDAM plano de desenvolvimento de 4 anos

2.4.2 Organização

O escritório central do IDAM é localizado em Manaus e o departamento técnico consiste de três setores divididos em 14 sub-setores técnicos. Os três setores são: 1) Coordenação de Planejamento, 2) Coordenação de Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, 3) Controle de Pragas e Doenças na Agricultura. Existem atualmente 29 escritórios atuando no Programa de Ação para implementação do Programa de quatro anos.

Figura 2.4.1-1 Estrutura de Organização do Governo de Estado de Amazonas



SUHAB (Superintendência de Urbanização e Habitação do Estado do Amazonas) : Superintendent of Urbanization and Resident
P.G.E (Procuradoria Geral do Estado) : General Attorney of the State
OUVCOM (Ouvidoria e Controladoria Geral do Estado) : General Auditor and Supervisor of the State
SEJUSC (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania) : State Secretariat of Justice, Human Rights and Citizenship
SEFAZ (Secretaria de Estado da Fazenda) : State Secretariat of Finance
SEAD (Secretaria de Estado da Administração, Coordenação e Planejamento) : State Secretariat of Administration, Coordination and Planning
SEDUC (Secretaria de Estado da Educação e Desportos) : State Secretariat of Education and Sports
SES (Secretaria de Estado da Saúde) : State Secretariat of Health and Welfare
SSP (Secretaria de Estado da Segurança Pública) : State Secretariat of Civil Safety
SEC (Secretaria de Estado da Cultura e Turismo) : State Secretariat of Culture and Tourism
SETRAB (Secretaria de Estado da Trabalho e Assistência Social) : State Secretariat of Work and Social Assistance
SIC (Secretaria de Estado da Indústria e Comércio) : State Secretariat of Industry and Trade
SECOM (Secretaria de Estado da Comunicação e Informação) : State Secretariat of Communication and Information
I.O (Imprensa Oficial) : Official Press
SNPH (Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias) : Society of Navigation, Ports and Waterway
BEA (Banco do Estado do Amazonas) : Bank of the State of Amazonas
CEAM (Companhia Energética do Amazonas) : Energy Society of Amazonas
COSAMA (Companhia de Saneamento do Amazonas) : Society of Sanitation of Amazonas
CIAMA (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) : Society of Development of the State of Amazonas
CIAGAS (Companhia de Gás do Estado do Amazonas) : Society of Gas of the State of Amazonas
CIAMAPAR (Companhia de Investimentos e Participações S.A.) : Society of Investments and Participations S.A.
PRODAM (Processamento de Dados do Amazonas) : Data Processing of Amazonas
IPEAM (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Amazonas) : Institution of Employees' Welfare of the State of Amazonas
UTAM (Instituto de Tecnologia da Amazônia) : Institution of Technology in Amazon
F.V.O (Fundação Vila Olímpica "Danilo de Mattos Areosa") : Foundation of Olympic Villa "Danilo de Mattos Areosa"
FCECON (Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas) : Foundation Center of Control of Oncology
FHEMOAM (Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas) : Foundation of Hematology and Hemotherapy of Amazonas
FUAM (Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta) : Foundation of Tropical Dermatology and Venereology "Alfredo de Matta"
FMT (Fundação de Medicina Tropical) : Foundation of Tropical Medicine
DETRAM (Departamento Estadual de Trânsito) : State Department of Transit
FUNTEC (Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas) : Foundation of Television and Radio Culture of Amazonas
JUSEA (Junta Comercial do Estado do Amazonas) : Commercial Committee of the State of Amazonas
IPEM (Instituto de Pesos e Medidas) : Institute of Weights and Measures

CAPÍTULO III – SÓCIOECONOMIA NACIONAL E REGIONAL

3.1 Sócioeconomia Nacional

3.1.1 Território e População

O Brasil está localizado a nordeste do continente Sul Americano, ocupando quase metade da área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, entre as zonas do Equador e o Trópico de Capricórnio. O Brasil é dividido em 5 regiões para efeitos geográficos e administrativos: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

As características geográficas incluem a Floresta Tropical Úmida na região Amazônica, baixo relevo e planalto rochoso ao longo da costa, savana arborizada conhecida como Campo Cerrado que ocupa a maior parte sul do interior da Amazônia.

A Floresta Tropical Úmida se espalha por, aproximadamente, 3,5 milhões de quilômetros quadrados por vários países, 45% dos quais em território brasileiro. O Rio Amazonas com seus afluentes se estende por um total de 6.280 quilômetros.

O clima no Brasil é tropical com temperaturas que oscilam, em média, entre 16 e 28 graus centígrados. A precipitação pluviométrica média anual é de 1.000 milímetros, excetuando as regiões áridas do Nordeste.

Utilização da terra: cerca de um terço do país, perfazendo mais de 300 milhões de hectares, é classificado como apropriado para agricultura, dos quais 70 milhões de hectares são apropriadas para culturas e os restantes 230 milhões para criação de rebanhos. A área de floresta tem diminuído devido à expansão das áreas de cultivo.

A população brasileira se espalha desigualmente por todo o país com 80% concentradas: 45% no sudeste e 35% no nordeste. A população estimada é de 150 milhões e a taxa média de crescimento é de 2,49 ao ano. A concentração urbana aumenta rapidamente, pois a população urbana que era de 31%, em 1940, passou para 78%, em 1996.

3.1.2 Economia Nacional

Desenvolvimento econômico no Brasil. O Brasil já teve, por muitos anos, uma das economias que mais cresceram, e a taxa de crescimento econômico foi acelerada depois da Segunda Guerra Mundial com um crescimento industrial de mais de 6% em 1973. Porém, o desenvolvimento do setor agrícola sempre foi por volta dos 4%.

O Brasil foi afetado por altos índices de inflação desde o início do século, e o problema

Tabela 3.1.1-1 Uso da terra (Nacional)

	1981 (mil ha)	
Total territorial	845.7	100%
Total area agrícola	73.3	9%
Área cultivada	61.6	7%
Plantação de frutas	11.7	1%
Terra de pasto	162	19%
Floresta	572.6	68%
Outros	37.8	4%

Fonte: Livro Produção anual FAO, detalhes estimados pela FAO

tornou-se pior depois da Segunda Guerra Mundial. A taxa anual de inflação chegou a 90% em 1964, quando os militares assumiram o governo. Com a implementação de um programa de estabilização entre 1964-67, a inflação começou a declinar. No final de 1973, quando a inflação era de 15%, a primeira crise do petróleo converteu o declínio em inflação. O aumento inflacionário pode ter sido causado pelas crises do petróleo, pela política de expansão monetária e pelo controle fiscal. Com a segunda crise do petróleo, em 1979, a inflação aumentou chegando a uma taxa mensal de 110%, em 1980 e a índices mais elevados de 200%, em 1983.

Com o novo governo em 1990, novas medidas foram adotadas para controlar a inflação, baseadas em conceitos de liberalização e internacionalização da economia brasileira. Em 1992, os problemas decorrentes de dívida acumulada foram atenuados e a economia começou a se desenvolver.

3.1.3 Setor Agrícola

A contribuição do setor agrícola para o PIB declina quando os preços dos produtos são calculados por setores. Como pode ser notada pela tabela abaixo, a participação agrícola é agora menos de 8%.

Faz-se necessário notar, entretanto, que existe uma quantidade considerada de produção que é consumida pelas famílias de agricultores sem que este fato esteja evidenciado nas estatísticas do setor primário.

Tabela 3.1.3-1 Composição setorial do PIB (ajustado)

	1995	1996	1997
Agricultura (c/rebanhos)	8.5%	7.6%	7.6%
Indústria	34.5%	33.9%	33.3%
Comércio	57.0%	58.5%	59.1%

Source : Sistema de contas nacionais

Muito embora, a participação do setor primário no PIB seja muito pequena, a exportação de produtos agrícolas e seus derivados representam mais de 30% o que se constitui em quantidades significantes no total das exportações. Estes dados incluem culturas, como o café e o guaraná como sendo produtos agrícolas; álcool e vinagre como alimentos beneficiados de produtos agrícolas; algodão e seda como produtos industrializados utilizando insumo agrícola.

Tabela 3.1.3-2 Quantidade de exportação, por setor (resumo)

	1996	1997	1998	(mil US\$) 1998(%)
Quantidade total de exportação	47,747	52,990	51,120	100%
Agricultura & Produtos derivados	15,678	17,772	16,378	32%
Produtos agrícolas (c/ rebanho)	6,404	8,816	8,215	16%
Alimento beneficiado de produção agrícola	8,855	8,587	7,839	15%
Insumo industrial de origem agrícola	419	369	324	1%
Ítems derivados da floresta (toras, poupa)	3,069	3,240	3,141	6%
Produtos industriais e outros serviços	29,000	31,979	31,601	62%

Fonte: IBGE

3.2 Sócio-economia regional

3.2.1 População

A população do Estado do Amazonas cresceu rapidamente desde 1970. Embora o tamanho da população seja menor do que a do Estado do Pará, a taxa de crescimento foi mais alta e quase a mesma do Estado do Pará. A seguir, duas amostragens que acentuam as tendências dos dois maiores Estados da Região Norte do Brasil.

Tabela 3.2.1-1 População no Século Passado no Estado do Amazonas

	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Amazonas	58	148	250	363	438	514	721	961	1.449	2.103	2.813
Other North Region	275	328	445	1.076	1.190	1.535	2.209	3.227	5.318	8.154	10.080
North	333	476	695	1.439	1.628	2.049	2.930	4.188	6.767	10.257	12.894
North-east	4.639	6.002	6.750	11.246	14.434	17.973	22.429	28.675	35.419	42.470	47.693
South-east	4.017	6.104	7.824	13.655	18.346	22.548	31.063	40.332	52.581	62.661	72.297
South	721	1.431	1.796	3.537	5.735	7.841	11.892	16.684	19.380	22.117	25.090
Central-west	221	320	373	759	1.093	1.533	2.678	4.630	7.004	9.412	11.617
Total Brazil	9.930	14.334	17.438	30.636	41.236	51.944	70.992	94.509	121.151	146.917	169.591

Fonte: IBGE Estatística Nacional 2000 (com modificação)

Tabela 3.2.1-2 Aumento populacional de 1940 a partir de 100

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Amazonas	100	117	165	219	331	480	642
Other North region	100	129	186	271	447	685	847
North	100	126	180	257	416	630	792
Total Brazil	100	125	155	199	245	294	330

- Population in 1940 was set as 100

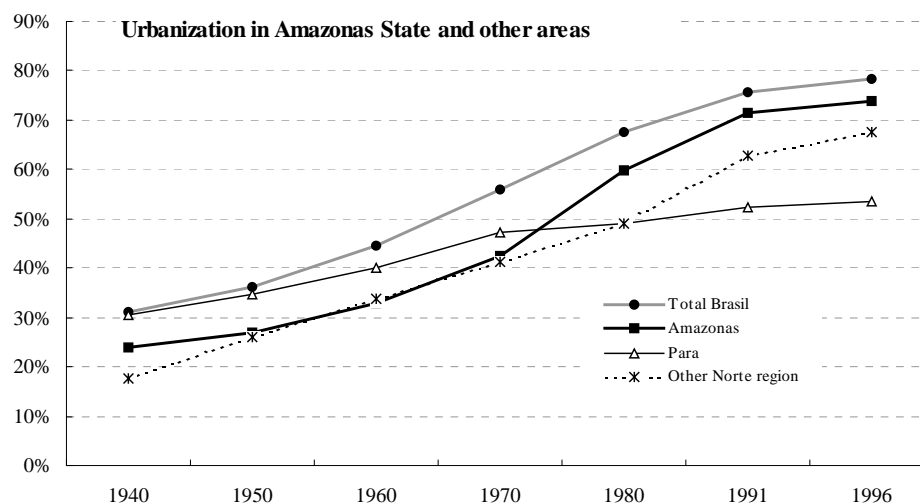


Figura 3.2.1-1 Urbanização no Estado do Amazonas e outros Estados

A Zona Franca de Manaus causou aumento populacional. Atraídos pela ZFM, muitos interioranos contribuíram para o aumento da taxa de urbanização que presentemente é de 70%, devido aos habitantes nas áreas urbanas. A proporção de aumento das populações urbanas elevou-se rapidamente a partir de 1970 quando a ZFM foi estabelecida.

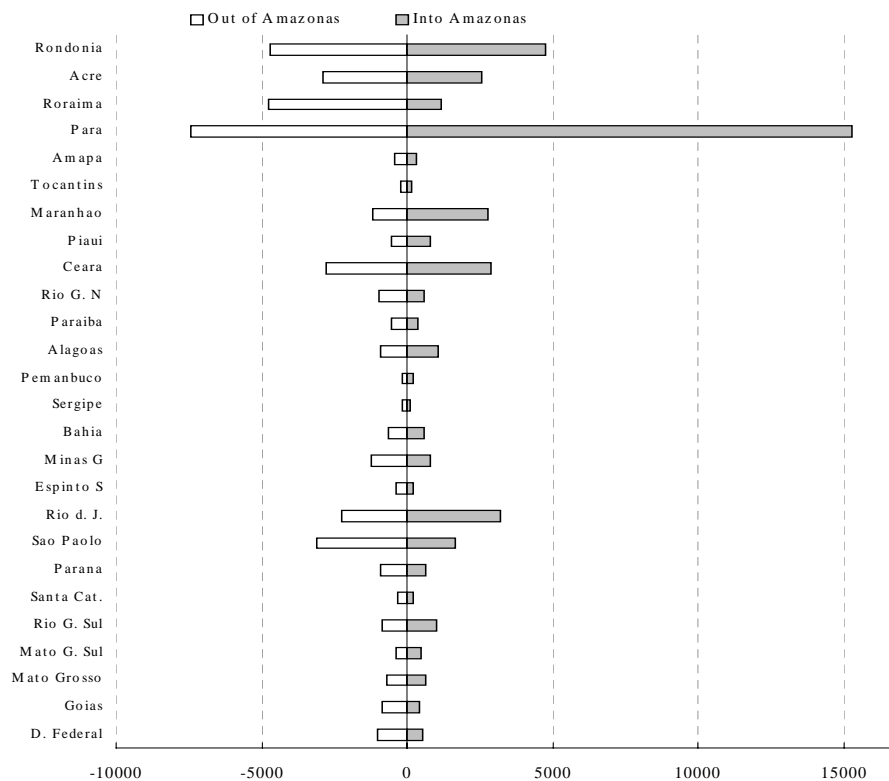


Figura 3.2.1-2 Migração para/do Estado do Amazonas.

A migração populacional para o Estado do Amazonas é proveniente, em grande maioria, do Estado do Pará do qual as pessoas saem mais do que chegam. O saldo geral de migração entre os estados do Pará e Amazonas demonstra um fluxo de 8.000 pessoas no período de 5 anos entre 1991 e 1996. A migração mais acentuada do Estado do Amazonas se direciona ao Estado de Roraima para onde foram mais de 3.500 migrantes durante o mesmo período.

3.2.2 Agricultura e Industrialização

A indústria no Estado do Amazonas até 1970 desenvolvia-se com base em produtos primários como madeira, borracha e juta. A maioria delas eram indústrias de pequeno e médio porte e 60% estavam localizadas em Manaus.

Depois da sanção do Decreto-Lei que criou a Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, a indústria pesada da ZFM passou a se caracterizar pelos produtos de empresas das áreas de eletrônica e de quatro rodas. Devido aos incentivos fiscais

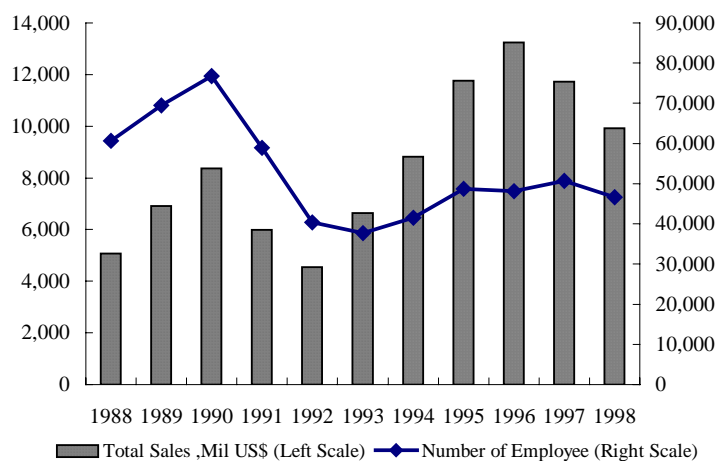


Figura 3.2.2-1 Rendimento total e número de operários na ZFM

para o comércio com a Zona Franca de Manaus, cerca de 3.006 empresas estavam operando em 1988, chegando a um total de negócios de 10 bilhões de dólares por ano. O número de operários chegou a 96 mil em 1990, recentemente o número de operários foi reduzido a pouco menos de 40 mil trabalhadores.

A agricultura no Estado do Amazonas produzia borracha e juta como produtos principais. Recentes ações foram implementadas para aumentar a produção de guaraná e palmito, porém a produção não se expandiu facilmente.

Na pauta de exportação, o Estado do Amazonas se caracteriza pela produção de produtos florestais, na maioria madeira e polpa. Estatísticas oficiais demonstram somente a quantidade de palmito na pauta de exportação como produto agrícola. No entanto, deve-se levar em conta, o fato de que a Coca-Cola exporta concentrado de guaraná líquido que é o principal ingrediente utilizado pela Coca Cola. Os dados referentes a estes produtos agrícolas perfazem um total de 13% das exportações.

Tabela 3.2.2-1 Principal exportação do Estado do Amazonas (resumo)

	1996	1997	1997(%)
Quantidade total de exportação	143.9	193.5	100%
Agricultura & produtos derivados	3.9	25.1	13%
Palmito	0.0	0.1	0%
Concentrado de guaraná para refrig (Coca-Cola etc)	3.9	25.0	13%
Produtos derivados floresta (Madeira, polpa)	30.8	46.9	24%
Pesca e produtos derivados piscicultura	3.8	3.3	2%
Produtos industriais, mineração & outros	105.3	118.2	61%

Fonte : Secretaria do Comercio Exterior

A agricultura no Estado do Amazonas é praticada com baixos índices de aplicação de fertilizantes. Em comparação com outros Estados de importante produção agrícola, demonstra que além de natural fertiliza-se muito pouco.

Tabela 3.2.2-2 Utilização de fertilizantes em 1997

	Nitrogênio	Fosfato	Potássio	Bruta	Total	% do total
Total Brasil	1,305,598	1,942,725	2242486	13,844,94	19,335,750	
Amazonas	360	650	471	3,794	5,275	0.03%
Minas Gerais	233,903	239,109	299,272	2,029,070	2,801,354	14.5%
Sao Paulo	363,159	342,301	503,738	3,166,238	4,375,436	22.6%
Paraná	167,879	317,459	322,165	1,957,673	2,765,176	14.3%

Fonte: ANDA Associação Nacional para Difusão de Adubos

3.3 Programa Governamental de Apoio à Agricultura

3.3.1 Apoio Financeiro aos Agricultores – PRONAF e Outros Programas.

Existem vários programas de créditos para agricultores que visam promover a produção de suas culturas. Existem três importantes fontes de crédito, a saber:

Tabela 3.3.1-1 Quantias creditadas ao Estado do Amazonas

	PRONAF (Banco do Brasil)	FNO (BASA)	FMPES (BEA &AFEAM)	Total
1995	-	7.612	12.697	20.309
1996	545	17.567	8.858	26.970
1997	1.025	5.476	19.193	25.693
1998	282	2.526	9.752	12.561
1999	654	4.520	8.520	13.694
Total	2.505	37.701	59.021	99.227

Fonte: IDAM, Diretoria de crédito

- PRONAF:
Fundo Federal de Governo gerenciado pelo BB (Banco do Brasil) como um subprograma do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
- FNO:
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte que é gerenciado pelo BASA (Banco da Amazônia)
- FMPES:
Fundo de Apoio às Micros e Pequenas Empresas e Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas que é gerenciado pela AFEAM (Agência de Fomento do Estado do Amazonas)

O total dos recursos financeiros disponíveis para o Estado do Amazonas no ano 2000 foi de 11,5 milhões de reais e o IDAM promove, aproximadamente, 70% a 75% dos planos de projetos. O crédito total para os agricultores no Estado do Amazonas, nos últimos 5 anos, está exposto na tabela acima. O total de crédito disponível tem diminuído nos últimos anos em decorrência de cortes no fundo federal. Tabela 3.3.1-2 espelha o orçamento do Estado de Amazonas em 1995 e 2002.

Tabela 3.3.1-2 Orçamento do Estado de Amazonas (Ano 1995, 2002)

Ítem	Ano 1995 (R\$)	Ano 2002 (R\$)	Taxa de Aumento (1995 - 2002)
Legislativa	25,678,814	98,757,940	284.59
Judiciária	32,295,123	98,622,235	205.38
Administração	124,471,005	331,588,769	166.40
Defesa Nacional e Segurança Pública	19,756,797	247,765,885	1154.08
Agricultura	49,308,681	47,361,969	-3.95
Educação e Cultura	169,486,121	570,769,050	236.76
Habituação e Urbanismo	13,874,451	36,332,781	161.87
Indústria (Comércio e Serviços)	6,674,631	6,236,526	-6.56
Saúde e Saneamento	220,023,083	588,894,863	167.65
Assistência e Previdência	75,967,895	83,968,000	10.53
Transporte	30,388,703	99,600,000	227.75

Fonte: IDAM: 1995, 2001

(1) PRONAF

O PRONAF está voltado para a melhoria das condições de sustento, utilizando as terras disponíveis como meio para viabilizar o crédito. O programa consiste de 4 subprogramas principais:

- 1) Melhorar a capacidade produtiva das famílias locais
- 2) Crédito a produtores rurais (Sub PRONAF)
- 3) Melhorar as definições das Políticas Públicas
- 4) Melhorar a infra-estrutura rural através de investimentos público

O ítem 2) acima são empréstimos aos produtores para a melhoria da produção e às pequenas agroindústrias e o ítem 4) é uma verba do Governo local para o desenvolvimento da infra-estrutura.

A verba do Governo local é direcionada a 15 municípios previamente selecionados para a construção de infra-estrutura como: escola, centro de saúde, fornecimento de água, estradas e barco para a melhoria do transporte dos agricultores até as cidades mais próximas.

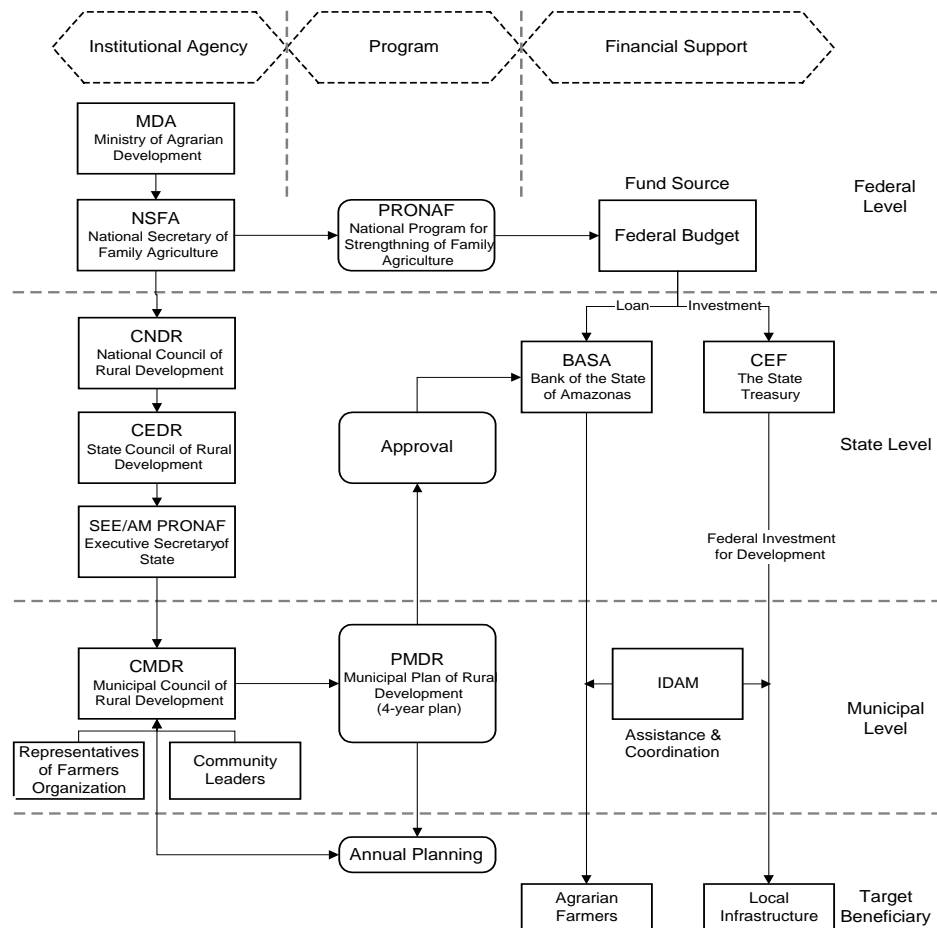


Figura. 3.3.1-1 Estrutura e aplicação do fundo PRONAF

(2) FNO

O FNO foi criado em 1988 como um fundo para o desenvolvimento da Região Norte do Brasil tendo como fonte de recursos 0,6% de verba federal e impostos sobre commodities, à semelhança do FNE – Fundo para o Desenvolvimento da Região Nordeste que utiliza 1,8% e o FCO – Fundo para o Desenvolvimento da Região Centro-Oeste que utiliza 0,3% de verba federal. Como resultados, 3% de verbas federais são utilizados para o desenvolvimento destas três regiões.

Para a implementação do programa FNO, o BASA (Banco da Amazônia) movimentou um total de R\$ 112 milhões em 1999, dos quais R\$ 67 milhões foram direcionados para a agricultura, incluindo a pecuária e R\$ 45 milhões para pequenas indústrias incluindo aquelas de beneficiamento agrícola.

(3) FMPES

O FMPES é um programa que utiliza verbas estaduais para apoiar pequenos pecuarista e pequenas indústrias. Os agricultores como pessoa física podem se beneficiar do programa apresentando garantias pessoais. O IDAM se ocupa da agilização do desembolso do empréstimo, ajudando e informando aos produtores o que devem fazer para se beneficiar do programa.

Quando o empréstimo é concretizado, o IDAM tem que prestar serviços de assistência técnica e recebe 2% do valor do empréstimo como taxa de assistência. Quando o produtor quita a sua dívida o IDAM também está autorizado a receber pagamento dos agricultores.

(4) Crédito para agricultores em três municípios

A linha de crédito à disposição dos agricultores em 3 municípios alcança 3,7 milhões de reais para Iranduba, contemplando 671 beneficiários; 9,1 milhões de reais para Itacoatiara, contemplando 1.808 beneficiários; e 6.7 milhões de reais para Maués para 1.340 beneficiários. A média de crédito para cada um dos produtores é de R\$ 5 mil.

É preciso considerar que o valor aqui indicado é o mesmo do contrato, e não aquele que é desembolsado. As linhas de crédito indicam os valores máximos permitidos. E os empréstimos são programados para serem liberados em parcelas, e os documentos exigidos para a liberação do segundo desembolso são algumas vezes difíceis de serem apresentados pelos produtores em suas áreas. Conseqüentemente existem muitos produtores inscritos para o programa de empréstimo e só recebem a primeira parte e nada mais.

Tabela 3.3.1-3 Linha de Crédito de três municípios

(quantia de mil R\$)

Ano	Iranduba			Itacoatiara			Maués		
	Fund.Estad (FMPES)	Fund.Fed(PRONAF,FNO)	Total	Estadual (FMPES)	Federal Fund (FNO, PRONAF)	Total	Estadual (FMPES)	Federal Fund (FNO, PRONAF)	Total
1995	40	0	40	112	1.458	1.571	487	2.043	2.530
1996	833	852	1.686	1.130	3.492	4.622	448	2.059	2.506
1997	422	81	502	348	209	557	542	168	710
1998	287	0	287	498	125	623	334	0	334
1999	1.000	228	1.228	743	1.077	1.820	695	10	705
Total	2.581	1.161	3.743	2.832	6.360	9.193	2.507	4.280	6.786

Fonte : IDAM, Mr. Dalmo, Diretor de crédito.

Tabela 3.3.1-4 Beneficiários de crédito em 3 municípios

Ano	Iranduba			Itacoatiara			Maués		
	Fund.Estad (FMPES)	Fund.Federal (FNO, PRONAF)	Total	Estadual (FMPES)	Fund Federal (FNO, PRONAF)	Total	Estadual (FMPES)	Fund Federal (FNO, PRONAF)	Total
1995	4	0	4	152	124	276	186	261	447
1996	223	116	339	557	331	888	99	253	352
1997	77	14	91	200	36	236	189	108	297
1998	55	0	55	154	11	165	121	0	121
1999	173	9	182	131	112	243	117	6	123
Total	532	139	671	1194	614	1.808	712	628	1.340

Fonte : IDAM, Diretoria de crédito

(5) Problemas Referentes ao Apoio Financeiro

Existem algumas deturpações quanto à finalidade, no projeto original de financiamento. Conseqüentemente, alguns produtores não conseguem receber qualquer desembolso adicional como planejado. Deve ficar bem claro, que as condições da área de cultivo e uma estimativa de trabalho deve ser realizada de acordo com o valor financeiro. O não recebimento do apóio financeiro como planejado, pode ser resultado da falta de entendimento, porém o operador do programa deve ser responsável pela ausência de atenção e agilização.

O IDAM algumas vezes demora em visitar as áreas do projeto para conferir o andamento, devido à falta de transporte. Este atraso de verificação por parte do IDAM causa também atraso no desembolso do financiamento aos produtores a serem beneficiados. Carência de recursos humanos e insuficiência de recursos financeiros no IDAM para garantir apóio técnico, são problemas para realizar os serviços de supervisão e orientação devidos aos produtores.

No momento da preparação do projeto para financiamento, os produtores e os representantes do IDAM devem saber as condições da área onde os recursos serão empregados e também sobre o mercado futuro da colheita projetada. De outra forma, mesmo após uma boa colheita, os produtores não têm os meios para transformar a sua safra em dinheiro para quitar a dívida com o Banco. Muitos produtores acham difícil comercializar os seus produtos porque o mercado é muito reduzido e não absorve o rápido crescimento da produção durante a colheita.

3.3.2 Seguridade Social para os Trabalhadores Rurais

Produtor, sócio, ajudante, locatário rural, pescador, como também suas esposas e filhos até 16 anos de idade, conseguindo provar terem trabalhado nos respectivos grupos familiares ou exercidas atividades individualmente ou em sistema de economia familiar com ou sem apoio temporário de outros, estão qualificados para previdência. A idade limite para homens é 60 (sessenta) anos de idade e para mulheres, 55 (cinquenta e cinco). A idade limite não se aplica a trabalhadores rurais. O simples fato de pertencerem a um grupo familiar ou a um sindicato os credencia a usufruírem os benefícios.

(1) Qualificação Familiar em Grupo

O grupo familiar é composto da esposa, do companheiro, de filhos acima de 16 anos de idade e dependentes. A condição de filiação é determinada se esta for registrada no INSS, filho adotivo com mais de 16 anos ou menos de 21 anos e que não tenham uma fonte de renda. Filhos casados podem ser considerados do grupo familiar se atuarem no campo com seus pais. Nestes casos, entretanto, deve haver uma prova contratual de sociedade ou garantias obedecendo às condições da previdência.

Os declarantes, ao se qualificarem para aposentadoria utilizando o status de grupo

familiar, não podem ter outras fontes de renda provenientes de qualquer atividade que seja paga (produtor pertencente a grupo informal de trabalho remunerado), ou seja, de aposentadoria de qualquer outro sistema previdenciário (pensão militar) ou, no caso do falecimento do pai ou da mãe, o filho dependente com mais de 16 anos e que continue na atividade agrícola será incluído no cálculo da aposentadoria. Se os filhos com menos de 21 anos estiverem exercendo atividade de trabalho também podem requerer aposentadoria, a não ser que esteja envolvido em atividades agrícolas como diarista (como membro de um grupo de agricultores que exercem trabalho remunerado fora da plantação de sua família).

(2) Qualificação Sindical

O produtor que ocupa posição de líder sindical não perde o direito à aposentadoria enquanto permanecer naquela função. As informações requeridas para declaração de afiliação sindical (sindicato de trabalhadores rurais, sindicato de pescadores ou colônia de pescadores) são as seguintes, sendo exigido documentação que prove o período de atividade a ser considerado:

- Identificação pessoal e qualificação do requerente: nome, data de nascimento, afiliação, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, CTPS e registro sindical;
- Categoria do produtor rural (se proprietário, posseiro, sócio, ajudante, arrendatário, etc) ou pescadores de pequeno porte como também o padrão de trabalho (se individual ou familiar);
- Período de engajamento na produção rural;
- Endereçamento residencial e lugar de trabalho;
- Principais produtos derivados da criação de gado e/ou comercializados por grupos familiares ou principais produtos derivados da pesca, relativo a pescadores de pequeno porte;
- Criação de gado e atividades pesqueiras desenvolvidas pelo requerente;
- Fonte documental, em que a entidade foi baseada para emitir a declaração, as fotocópias anexadas devem ser autenticadas em cartório ou no posto do INSS, é proibido a retenção dos documentos originais;
- O nome da entidade, CGC., nome do presidente, diretor ou representante legal do emissor da declaração, assinatura e carimbo;
- Data da emissão da declaração.

(3) Documentos exigidos dos que não pertencem ao sindicato dos trabalhadores rurais, sindicato dos pescadores ou colônia dos pescadores.

O beneficiário pode apresentar duas declarações assinadas pelas autoridades administrativas ou representantes da lei declarando conhecer o beneficiário por mais de 5 anos. Estas autoridades devem ser um juiz, uma autoridade constituída, chefe de polícia, comandante militar ou um representante local do órgão de produção rural (IDAM).

3.3.3 Política do Governo Estadual – Programa “Terceiro Ciclo”

(1) Esboço

O Programa do “Terceiro Ciclo” tem como principal objetivo o desenvolvimento de cada município do Estado do Amazonas. O programa consiste de vários subprogramas os quais são agrupados em um mesmo título: Programa Agro Alimentar, o qual é direcionado para desenvolver a produção agrícola em cada município. Este programa começou em 1994 com a participação do setor privado.

(2) Agricultura e Programa de Produção Alimentar apoiado por subprogramas

O objetivo maior do programa é reduzir as discrepâncias entre os setores e entre a zonas rural e urbana. Pretende como meta desestimular a migração de pessoas da área rural para zonas urbanas através da criação de novas oportunidades de emprego em cada município, oferecendo educação e assistência médica para melhoria da qualidade de vida na zona rural. Um programa bem elaborado e de fácil compreensão deve ser implementado para proteger as potencialidades florestais em cada uma dessas áreas.

O programa visa encorajar os trabalhadores do setor primário a produzirem produtos que tenham demanda de mercado. Acredita-se que na diversificação de produtos esteja a melhor maneira para se utilizar a potencialidade agrícola do Estado do Amazonas. O programa gerencia a viabilidade de cada projeto com vistas a manutenção do desenvolvimento sustentável do setor primário. A participação do setor privado é fundamental para o sucesso do programa.

Tabela 3.3.2-1 Investimento orçamentário para o Programa Terceiro Ciclo

Município	Agricultura	Agroindústria	Infra-estrutura	Total
Carauari	798.000	152.800	0	950.800
Envira	724.000	45.000	0	769.000
Eirunepe	843.700	0	0	843.700
Guajara	828.500	0	0	828.500
Ipixuna	1.026.000	0	0	1.026.000
Itamarati	541.050	0	0	541.050
Subtotal Jurua	4.761.250	197.800	0	4.959.050
Beruri	401.832	0	960.000	1.361.832
Boca do Acre	748.502	398.000	0	1.146.502
Canutama	467.010	99.400	80.000	646.410
Labrea	859.781	90.300	300.000	1.250.081
Pauini	437.605	0	290.000	727.605
Tapaua	793.339	90.300	180.000	1.063.639
Subtotal Purus	3.708.069	678.000	1.810.000	6.196.069
Autazes	1.006.175	463.000	1.046.350	2.515.525
Careiro	881.900	90.000	400.000	1.371.900
Careiro da Varzea	403.771	318.000	635.000	1.356.771
Iranduba	621.641	0	795.000	1.416.641
Manaquiri	452.491	0	415.000	867.491
Rio Preto da Eva	643.115	0	850.000	1.493.115
Subtotal Outros	4.009.093	871.000	4.141.350	9.021.443

Fonte: Extraído do plano original do CIAMA

Existem subprograma com os seguintes propósitos:

- Sustentabilidade familiar em termos de educação e assistência médica;
- Sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura;

- Saneamento animal para a pecuária;
- Cultivo de hortaliças na várzea onde os agricultores podem ter garantia de mercado em Manaus para seus produtos;
- Construção de estrutura agroindustrial para a estocagem de produtos agrícolas e equipamento de transporte para a comercialização;
- Atividade comercial e de marketing para criar um elo direto entre o produtor e o mercado. O SEBRAE e o IDAM devem ajudar a estabelecer essas condições para os agricultores;
- O banco de dados para as informações referentes à produção, recursos naturais, crédito para criação de sociedade com empresas privadas e associações.

(3) Programa de Implementação

Investimentos para os subprogramas devem ser determinados baseados nas seguintes informações:

1. Transparência na definição: transparência na estrutura do projeto
2. Relação custo-benefício: garantia de sustentabilidade
3. Garantia de resultados: bons indicadores para o sucesso
4. Plano de ação para a disponibilidade: exequibilidade do projeto.

Existem argumentos de que o programa não está sendo conduzido de maneira apropriada, porém o orçamento foi estabelecido para obedecer ao plano em 1994.

(4) Questões Relativas ao Programa

Vários avanços, tais como a produção agrícola e construção de estradas nas cercanias da BR-319 e BR-174, já foram obtidos, porém existem várias considerações a serem analisadas referentes à eficácia do programa.

O programa objetivava uma reação em cadeia, começando pelo investimento do governo em infra-estrutura rural, depois estimulando as empresas privadas a trabalharem com agricultores de baixa renda, visando o aumento da produção agrícola.

A participação das empresas privadas foi um dos pontos fundamentais do programa, pois o governo pretendia encorajar o setor privado. A questão é: “o governo seria capaz de se tornar bem sucedido ao encorajar atividades com a participação do setor privado?”.

Na verdade, o processo de implementação é sempre uma questão difícil porque envolve esforço e dinheiro. Também a participação é outra questão difícil porque envolve esforço de comunicação e mediação dos lucros entre os investidores. Não foi fácil dar conhecimento sobre o programa ao público alvo na zona rural, muito embora o programa seja portador de uma mensagem política bem objetiva. Vai ser necessário ainda mais algum tempo e esforço consistente para tornar o sonho político de desenvolvimento rural em realidade.

CAPÍTULO IV – ABORDAGEM BÁSICA

4.1 Implementação das Investigações Participativas

Desde o início do primeiro trabalho de campo a Equipe de Estudo realizou investigações participativas através de entrevistas junto aos agricultores beneficiários utilizando a metodologia da RAR (Rápida Avaliação Rural) e da Pesquisa por Questionário.

Simultaneamente a esta pesquisa, a Equipe de Estudo realizou pesquisas participativas baseadas principalmente no método de Monitoramento Cíclico do Projeto, na segunda parte do trabalho.

4.1.1 Identificação dos Beneficiários

De acordo com o Escopo do Trabalho (E/T), a população beneficiária do estudo compreende as seguintes categorias;

- I) Família de agricultores que dependem da produção agrícola, com disponibilidade de uma área, por família, entre 25 a 100 ha e que para o PRONAF é considerada como atividade agrícola familiar.
- II) Pessoas cujo sustento depende de atividades extrativistas pela exploração dos recursos naturais incluindo produtos florestais e da fauna aquática.

(1) Posição do IDAM

Complementando os dados acima, o IDAM enriquece a definição com as seguintes considerações:

A população beneficiária se limitaria às pessoas que estejam, no momento ou em um futuro próximo, nas áreas assistidas pelo IDAM, porque os agricultores estabelecidos fora de sua área de atuação não podem ser contemplados pelo PRONAF e, além de que, não conseguiria prestar qualquer tipo de apoio para eles como é sua função.

(2) Beneficiários

Como os serviços de apoio do IDAM são essenciais para que se atinja o objetivo final (como mencionado no Capítulo 4.4), a população beneficiária que preencher os requisitos dos itens I) e II) acima mencionados, deve estar localizada, preferencialmente, nas áreas de atuação do IDAM.

Beneficiários identificados nas áreas do projeto são demonstrados na Tabela 4.1.1-1.

Tabela 4.1.1-1. Beneficiários e Culturas na Área Focal do Estudo

Discriminação	ITACOATIARA		IRANDUBA		MAUES	
	Município	Assistido pelo IDAM	Município	Assistido p/IDAM	Município	Assistido pelo IDAM
População Rural	21.591		18.138		17.819	
Médios e Grande Produtores (C*+D* : PRONAF)		37		45		11
Agricultores Familiares (B* : PRONAF)		2.688		790		401
Produtores Assentados (A* : PRONAF)						15
Comunidades Rurais	255	93	65	11	168	13
Grupo de Produtores		30				13
Associações		122		16		13
Cooperativas		1				1
Famílias Rurais				138		
Produtores de mandioca/Área plantada (ha)	1.800/5.500	265/360	325/350	194/245	632/576	56/94
Produtores de guaraná/Área plantada (ha)	80/120	46/69	24/74	24/74	2.627/6.124	627/1.124
Produtores de milho/Área plantada (ha)	750/620	750/620	642/282	192/258	98/150	98/150
Produtores de pupunha/Área plantada (ha)	350/500	196/210	62/178	42/52	10/20.	10/20.
Produtores de cupuaçu/Área plantada (ha)	700/1.900	495/1.010			213/213	213/213
Produtores de banana/Área plantada(ha)	260/450	126/130	41/70	17/29	74/113	74/113
Produtores de maracujá/Área plantada (ha)	97/45	97/45	103/71	89/71	30/30	7/7.
Produtores de abacaxi/Área plantada (ha)	400/650	240/285			9/4.5	
Produtores de mamão/Área plantada (ha)			108/205	75/140	1/0.5	
Produtores de laranja /Área plantada (ha)	45/45	24/45	74/120	30/29	220/130	20/20
Produtores de melancia/Área plantda (ha)			185/137	111/101	50/100	
Produtores de repolho/Área plantada (ha)			48/43	34/32		
Produtores de pimentão/Área plantada (ha)			69/42	47/28		
Produtores de jerimum/Área plantada (ha)			54/40	43/30		
Produtores de cebolinha/Área plantada (ha)			91/22	58/14		
Produtores de alface/Área plantada (ha)			82/26	52/21.5		
Produtores de Couve / Área plantada (ha)			57/9	26/3.5		
Produtores coentro / Área plantada (ha)			118/64	64/24.2		
Produtores de pepino/Área plantada (ha)			108/69	101/69		
Produtores de tomate/Área plantada (ha)			53/9			
Produtores de feijão de metro/Área plantada (ha)			90/26	90/13		
Produtores de berinjela/Área plantada (ha)			48/18	48/12		
Agricultores familiares (Estimativa do IDAM) **		239		269		473
Beneficiários		2.964		1.104		885

Fonte : IDAM: Coordenação de Assistência Técnica, Divisão de Programas e Extensão Rural

* A,B,C,D : Agricultores classificados segundo critérios do PRONAF

** Novos Agricultores a serem incorporados à área de atuação do IDAM, futuramente.

4.1.2 Classificação dos beneficiários do PRONAF

Os beneficiários do PRONAF são os produtores rurais (agricultores) que podem ser enquadrados nos grupos específicos a seguir discriminados na tabela 4.1.2-1 e comprovados pela declaração de qualificação ao Programa:

(1) Grupo A:

As famílias de agricultores assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contraíram operação de investimento dentro do limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA).

(2) Grupo B:

Agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

- I- explorem parte da gleba na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- II- residam na propriedade, em bairros ou áreas rurais vizinhas;
- III- não tenham, em qualquer momento, possuído em disponibilidade área superior a quatro módulos fiscais, segundo a legislação em vigor;
- IV- obtenham rendimentos familiares derivados da exploração da gleba (terra), que pode ou não, se constituir em atividades agrícolas;
- V- desenvolvam trabalho familiar com base na exploração da gleba (terra);
- VI- tenham rendimento familiar anual (renda bruta) de R\$ 1.500,00 excluindo qualquer provento de aposentadoria rural.

(3) Grupo C:

Agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

- I- explorem parte da gleba na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário no Programa Nacional de Reforma Agrária;
- II- residam na propriedade, em bairros ou áreas rurais vizinhas;
- III- não tenham tido em disponibilidade, a qualquer momento, área superior a quatro módulos fiscais, segundo a legislação em vigor;
- IV- obtenham pelo menos 80% dos rendimentos familiares (renda bruta) da exploração da gleba e que pode ou não se constituir em atividades agrícolas;
- V- utilizem o trabalho familiar como predominância na exploração da gleba (terra), recorrendo ao trabalho assalariado em eventualidades criadas pelas necessidades sazonais inerentes às atividades agrícolas;
- VI- tenham rendimento familiar anual (renda bruta) entre R\$ 1.500,00 e R\$ 8.000,00.

(4) Grupo D:

Famílias de agricultores rurais que:

- I- explorem parte da gleba na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- II- residam na propriedade, em bairros ou áreas rurais vizinhas;
- III- não tenham tido em disponibilidade, a qualquer momento, área superior a quatro módulos fiscais segundo a legislação em vigor;
- IV- obtenham pelo menos 80% da renda familiar (renda bruta) da exploração da gleba (terra), que pode ou se constituir em atividades agrícolas;
- V- utilizem trabalho familiar como predominância na exploração da gleba (terra) mas que pode manter até dois empregados permanentes, sendo permitido a contratação de terceiros quando a natureza sazonal da atividade assim exigir;
- VI- tenham rendimentos familiares anuais (renda bruta) entre R\$ 8.000,00 e R\$ 27.500,00;

São também considerados beneficiários àqueles que se enquadram nos Grupos B, C e D segundo os seus rendimentos e características da mão-de-obra utilizada :

(1) Pescadores que:

- I- dedicam-se à pesca artesanal com fins comerciais, exercendo a atividade como autônomos, com meios próprios de produção ou através de parcerias com outros pescadores igualmente artesanais;
- II- tenham ou assinem contratos de fornecimento que garantam a aquisição do pescado pelas cooperativas, colônia de pescadores ou empresas de beneficiamento de produtos pesqueiros;

(2) Extrativistas dedicados à exploração de plantas de forma ecologicamente sustentável.

(3) Aquicultores que:

- I- cultivem organismos que têm nas águas, habitat natural ou mais frequente;
- II- explorem uma área não superior a dois hectares de lamina d'água ou que ocupem área de quinhentos metros cúbicos de água, isto quando se tratar de cultivo desenvolvido em tanques com gaiolas;

Para efeitos de enquadramento nos Grupos C e D, 50% da renda bruta deve se originar em atividades como avicultura, piscicultura, bovinocultura leiteira, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericultura e suinocultura.

A declaração de aptidão para o PRONAF deve ser fornecida:

- (1) ao beneficiário enquadrado no grupo A, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- (2) para os demais beneficiários, através de agentes credenciados pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Agrícola.

Tabela 4.1.2-1 PRONAF – Classificação dos Beneficiários

Grupos	Posse de terra	Fonte de renda	Mão-de-obra	Renda familiar
A	INCRA	N/A	N/D	N/D
B	INCRA ou outro	100 % da terra	Familiar	R\$ 1.500,00
C	INCRA ou outro	Pelo menos 80% da terra	Familiar + terceirizados	R\$1.500-8.000,00
D	INCRA ou outro	Pelo menos 80% da terra	Familiar + dois empregados fixos + terceirizados	R\$ 8.000-27.500,00

Fonte: IDAM

4.1.3 Rápida Avaliação Rural e Pesquisa por Questionário

(1) Objetivos

O objetivo principal destes estudos é o seguinte:

- RAR

Entender a realidade dos recursos humanos, naturais e sociais de uma comunidade. Identificar os problemas e empecilhos que os produtores e extrativistas têm que

enfrentar e suas aspirações em relação ao desenvolvimento agrícola nas Áreas de Estudo.

- Pesquisa por Questionário

A pesquisa por questionário realizada simultaneamente com a aplicação da metodologia “Rápida Avaliação Rural” objetiva fazer um levantamento das informações quantitativas como também qualitativas, acerca das condições agro-sócio-econômicas em nível de cada núcleo familiar.

(2) Escopo e Enfoque

Em nível de cada um dos municípios, três comunidades foram selecionadas pela Equipe de Estudo da JICA e, em nível de cada uma das três Comunidades, 30 questionários foram aplicados, totalizando 90 questionários por Município e duzentos e setenta na Área de Estudo como um todo.

Tabela 4.1.3-1 Lista das Áreas e Comunidades Pesquisadas

Município	Localidade	Comunidade	Eco-sistema	Distância da cidade
Maués	Medio Apoquitaua	Ponta Alegre	Área de várzea/terra firme	1-2 horas de barco motor
	Igarapé do Limão	N.S.Nazaré	Área de várzea/terra firme	1 hora de barco motor
	Pupunhal	Bom Jesus do Pupunhal	Área de várzea/terra firme	1 hora de barco motor
Itacoatiara	Lago do Engenho	Sagrado Coração de Jesus	Área de várzea/terra firme	3 horas barco motor
	Lago do Araçá	S. João do Araçá	Área de várzea/terra firme	3 horas barco motor
	Colonia Rondon	Santo Antonio	Terra firme	40 min carro
Iranduba	Ilha Jacurutu	S. Francisco/ São José	Área de várzea	30 min barco motor
	Costa do Iranduba	Divino Espírito Santo / S. Francisco	Área de várzea	40-60 min carro/ 0.5 - 1 hora barco motor
	Jandira	N.S. Nazaré / Vila Cavalcante	Área de várzea	1 hora carro / 40 min barco motor

fonte: Estudo de Equipe da JICA, 2000

(3) Duração e Programação do Estudo

A pesquisa aconteceu entre 5 de junho até 17 de julho do ano 2000

Junho 5 - 10	Treinamento/Entrosamento da Equipe
Junho 10 - Julho 6	Trabalho de campo
Junho 24 - Julho 13	Processamento da Informação
Julho 7 - 17	Preparação do Relatório

4.1.4 Oficinas do CMDR e execução do PCM

(1) Introdução

Três oficinas foram realizadas com agricultores de ambos os sexos e membros do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural (CMDR) com o objetivo de obter suas idéias e opiniões de como melhorar as alternativas de renda familiar no campo. As oficinas aconteceram em 10 de nov/2000 (Itacoatiara), 16 de nov/2000 (Iranduba) e 18

de nov/2000 (Maués).

O IDAM e a JICA formaram equipes de coordenação para implementar as atividades nas oficinas. O chefe de Projetos do IDAM, ou seu representante, e o líder da Equipe da JICA detalharam o propósito do Estudo aos participantes. Um membro da equipe da JICA explicou sobre a estrutura e processo da oficina para os servidores do IDAM no município, e os técnicos e especialistas da JICA operacionalizaram os exercícios participativos. Em Maués os especialistas em comunidades da JICA trabalharam com o coordenador da oficina do IDAM na preparação de material, logística da oficina e nos requisitos necessários para a percepção quanto às características sociais e genéricas dos participantes. Em Maués as equipes do IDAM e da JICA perceberam de forma mais transparente a importância do papel das mulheres nos assuntos relacionados ao sustento da família. Uma técnica do IDAM local teve papel fundamental nos procedimentos quando os problemas sociais, institucionais e econômicos vieram à baila, expondo as diferenças sociais dos moradores do Município de Maués.

(2) Objetivo da Oficina

Os objetivos da Oficina visam possibilitar e facilitar aos comunitários interessados a:

- (i) identificar os problemas relacionados às condições de vida da família;
- (ii) priorizar esses problemas;
- (iii) sugerir e desenvolver estratégias para melhoria das condições e;
- (iv) captar o anseio dos participantes em relação ao modo como atualmente o IDAM e o CMDR prestam assistência técnica.

(3) Estrutura da Oficina

A metodologia participativa da Oficina compreende: a) conversas francas sobre os problemas (aproximadamente, dez minutos foram concedidos ao presidente ou membro da associação comunitária), priorizando problemas de ordem pessoal (utilização de um sistema de contagem); b) discussões em pequenos grupos para identificar soluções para os problemas e; c) análise pelo grupo em geral das soluções identificadas pelas lideranças dos pequenos grupos.

Os três exercícios foram realizados em Iranduba e Maués. A falta de tempo só permitiu duas atividades em Itacoatiara. Dependendo do número de participantes e dos problemas identificados, diferentes métodos de contagem foram utilizados para eleição dos exercícios a serem priorizados. Em Itacoatiara dois marcadores foram fornecidos (um, cor de rosa e um de cor branca). O marcador cor de rosa foi utilizado para identificar o problema mais importante e a cor branca para o menos importante. Somente um marcador foi utilizado em Iranduba. Seis marcadores foram utilizados em Maués (três para o problema de menor importância). O resumo dos problemas priorizados, identificados pela Comunidade está apresentado na Seção 4.1.

(4) Características sócio-econômicas e genéricas dos participantes

(a) Número e Gênero dos Participantes da Oficina

O número total de participantes da oficina foi de 87. A maioria dos participantes locais era homens (70). Uma lista detalhada dos participantes em Maués foi fornecida bem como os nomes das comunidades representadas em Iranduba e em Itacoatiara. O número de participantes por município consta na Tabela 4.1.4-1.

Tabela 4.1.4-1 Número de participantes nas Oficinas realizadas na área focal do Estudo

Município	Data	No. de participantes comunitários			No. da Equipe de Estudo		Total
		Homens	Mulheres	Total	IDAM	JICA	
Iranduba	16/nov/00	23	1	24	3	6	33
Itacoatiara	10/nov/00	23	3	26	4	4	34
Maués	18/nov/00	24	13	37	7	4	48
Total		70	17	87	-	-	-

Fonte: Oficina de CMDR pela Equipe de Estudo (Nov 2000)

(b) Características sócio-econômicas dos Participantes das Oficinas

O número de participação das comunidades ribeirinhas, da terra firme, autoridades municipais, varia por Município. A diversidade social e diferenciação genérica dos participantes provavelmente entraram em conflito com os diversos tipos de problemas prioritários que foram identificados:

(i) Município de Iranduba

- 16 participantes das Associações Agrícolas localizadas na várzea, principalmente na Costa de Iranduba, Costa da Jandira e comunidades vizinhas de Iranduba;
- 3 participantes de comunidades de terra firme;
- 3 autoridades municipais (Secretaria de Produção, Secretaria de Ação Social e um Assessor do Prefeito);
- 1 morador do município de Iranduba;
- 5 membros do CMDR (incluindo as autoridades municipais, representantes do IDAM e dos agricultores);
- 3 participantes das comunidades objeto de estudo (Divino Espírito Santo, São Francisco e Caldeirão) e nenhum proveniente das comunidades da Ilha do Jacurutu (São Francisco e São José).

(ii) Município de Itacoatiara

- presentes 21 das 25 diferentes organizações dos agricultores e comunidades convidadas da várzea e terra firme;
- Não houve representante do CMDR por falta de sua existência;
- 1 Conselheiro da comunidade Sagrado Coração, mas não como participante oficial;
- 1 Presidente da Associação dos Madeireiros envolvida em atividades de reflorestamento;

- 1 membro da ASCOPE, uma cooperativa bem sucedida localizada no Sagrado Coração;
- 6 membros de três comunidades objeto de estudo – Sagrado Coração, Santo Antônio e São João do Araçá;
- 1 preposto do Presidente da Associação da distante comunidade de Primavera.

(iii) Município de Maués

- 13 mulheres, a maioria do Clube de Mães;
- 10 homens membros da Colônia de Pescadores, uma Associação de Pescadores com mais de 400 afiliados pertencentes a comunidades urbanas e ribeirinhas;
- Presidente da Associação dos Madeireiros;
- Presidente da cooperativa local, ASCAPALA;
- 1 representante do setor privado, departamento de extensão da empresa Artárctica;
- Chefe do escritório local da EMBRAPA (meio expediente);
- 6 representantes das comunidades pesquisadas (Porto Alegre, Bom Jesus, S.N. de Nazaré);
- 6 membros do conselho do PRONAF;
- 5 Presidentes masculinos de comunidades rurais ou produtores rurais que ouviram o anúncio da reunião pelo rádio;
- 3 Presidentes femininos de comunidades rurais ou produtores rurais que ouviram o anúncio da reunião pelo rádio.

(5) Resultados da Oficina

Uma ampla variedade de assuntos foi tratada por homens e mulheres, principalmente em Maués onde 57 problemas foram identificados. As soluções detectadas para a resolução dos problemas foram práticas e consistentes. Elas raramente se basearam no entendimento dos custos do projeto ou suas limitações administrativas. Como um primeiro passo no processo da análise dos problemas com comunidades, os líderes comunitários confirmaram sua aprovação e se declararam dispostos a se envolver ativamente na busca das soluções para os seus problemas de sustento. Técnicos locais do IDAM também se impressionaram com a tranquilidade dos interessados ao analisarem os seus problemas utilizando métodos participativos. Detalhes da atividade participativa está na seção 4.2.

4.1.5 Entrevistas com Produtores Rurais

As entrevistas foram realizadas em Iranduba, Itacoatiara e Maués, nas três comunidades selecionadas em cada município e com agricultores de locais mais próximos. A maioria das entrevistas foi baseada em discussões do grupo enfocando as comunidades. As entrevistas também foram feitas com trabalhadores rurais.

Cada participante da equipe focalizou seu trabalho no tópico específico de Estudo. Um técnico da equipe do IDAM acompanhou os membros da equipe da JICA, exceto em duas ocasiões: uma reunião comunitária em São João do Araçá que está localizada a duas horas de voadeira de Itacoatiara e entrevistas com membros comunitários devido a uma pane no veículo a caminho de Itacoatiara. Participantes da Equipe realizaram entrevistas em conjunto em Iranduba; uma vez, o especialista em Frutos Tropicais realizou entrevistas em Itacoatiara.

(1) Tópicos abordados nas Análises Sócio-Econômicas

Um especialista em trabalhos comunitários utilizou uma variedade de métodos participativos para obter respostas e perguntas de ampla abrangência. Os tópicos principais incluíram:

- agricultores mais pobres ou que correm maior risco (beneficiários alvos);
- papel das pessoas na produção, no lar, na vida comunitária e na organização comunitária;
- regras sociais, regulamentações, métodos sobre o uso e manejo da terra, métodos para extrativismo florestal, avaliação dos serviços sociais e agrícolas;
- definição comunitária e percepção de como fortalecer as associações comunitárias e dos agricultores e associação das mulheres;
- intensificação de relacionamento dentro e entre as comunidades, com a administração municipal, EMBRAPA e IDAM;
- métodos que visem a melhoria das organizações dos agricultores e associações comunitárias, para o desenvolvimento da produção, comercialização, faturamento, poupança, capacitação e estratégias de comunicação;
- sistemas eficazes para transferência de tecnologia e condições sócio-econômicas para facilitá-los;
- percepções dos agricultores de ambos os sexos sobre as suas atuais condições de vida e sustento, sobre os devidos subsídios federais, estaduais ou de organizações não governamentais para fomento social;
- políticas e instituições localizadas fora da comunidade e que afetam a qualidade de vida e renda (posse de terra, política de impostos, igrejas, centros de serviços urbanos e estratégias de desenvolvimento); e
- posicionamento dos agricultores e idéias de como ajudar o IDAM a providenciar a assistência técnica necessária.

(2) Número de entrevistas com beneficiários por Município e Comunidade

Os dados a seguir demonstram um quadro aproximado das entrevistas realizadas no campo pelo especialista acima referido. As entrevistas foram realizadas em reuniões na comunidade ou de forma seletiva com beneficiários de ambos os sexos, autoridades governamentais do local, servidores da EMBRAPA e ativistas de ONGs. Vários exercícios em grupos foram realizados para testar a capacidade dos grupos em trabalhar independentemente (inclua-se aí a realização de tarefa em grupo a ser

completada em duas semanas), liderança e capacitação em administração de associação agrícola e a sensibilidade dos participantes de ambos os sexos, dos comunitários e dos servidos do IDAM.

Tabela 4.1.5-1 Entrevistas realizadas com Beneficiários, por Município e Comunidade

Município	Total	Comunidades/Outros
Iranduba	88	<i>Comunidades:</i> S.N.de Nazaré(2), São José (Ilha de Jaracutu(18+19=37), São Francisco(21), Divino Espírito Santo(15), São Sebastião(13)
	4	<i>Outros:</i> Embrapa (1), Autoridades municipais (3)
Itacoatiara	21	<i>Comunidades:</i> Santa Rita-Rondon (6), São João do Aracá (15)
	6	<i>Outras Associações de Trabalhadores</i> (3), Comerciantes (3)
Maués	73	<i>Comunidades:</i> Ponta Alegre (33), S.N. Nazaré (40)
	5	<i>Outros:</i> Embrapa (1); Comissão Pastoral da Terra (2); Indígenas (2)
Total	197	<i>Comunidades:</i> 182; <i>Outros:</i> 15

Fonte: Estudo de Equipe da JICA, 2000

4.1.6 Reuniões com Representantes das Prefeituras Municipais

(1) Iranduba

(a) Apresentação

A Equipe de Estudo da JICA manteve uma reunião com o prefeito o Sr. José Maria Muniz. O Vice-prefeito/Secretário de Agricultura, Sr. Fernando e o Diretor do escritório do IDAM em Iranduba, Sr. Jaganhara também participaram da reunião. Depois de um pequeno resumo dos objetivos da reunião e do escopo do estudo, a Equipe de Estudo abriu a reunião solicitando informação sobre a estratégia para o desenvolvimento agrícola de Iranduba e sobre a situação de projetos relevantes que estão em andamento ou sendo criado.

(b) Opinião do Prefeito

Projeto Agrícola

A piscicultura apresenta um grande potencial para ser uma alternativa de meio de vida em Iranduba. O gabinete do prefeito está agora solicitando ao IDAM conceituação elaboração de projetos para piscicultura. No que tange a capacitação para implementação do projeto, o escritório municipal da Prefeitura pode providenciar servidores de apoio e o IDAM destacará engenheiros de pesca para realizar treinamento e serviço de extensão para quando o projeto for aprovado. Outras instituições como a EMBRAPA, INPA e FUA podem participar dando apoio técnico. O Prefeito pretende recorrer ao fundo da AFEAM (Governo Estadual) e/ou BASA (Governo Federal).

Desenvolvimento Agrícola

O município está implementando um plano de desenvolvimento agrícola que consiste na construção de casas com cobertura de plástico na terra firme para serem usadas na produção permanente de verduras. O projeto está em andamento e já foram construídas 520 casas com cobertura plástica que já estão abrigando cultivo ou em construção.

O município está priorizando os pequenos produtores da várzea, mas a maioria desses

pequenos produtores não tem acesso a qualquer crédito bancário. O gabinete do prefeito os apóia estes pequenos produtores emitindo uma espécie de certificado de posse da terra.

Comercialização

Durante a realização da comercialização dos produtos agrícolas, o atravessador tem um papel muito importante. Entretanto, é um fato que esse intermediário diminui as possibilidades de lucro dos produtores. O gabinete do prefeito admite que a melhoria no sistema de comercialização é um dos projetos prioritários para o estabelecimento de um comércio mais justo. Foi explicado aos participantes da reunião o novo projeto de melhoria da comercialização que inclui a construção de um novo mercado para os produtores. Este projeto deve ser realizado em uma ação conjunta IDAM e AFEAM, cuja proposta, no momento, está sendo avaliada.

(c) Perfil do projeto para Desenvolvimento Rural em Iranduba

O resumo do relatório que mostra o perfil de desenvolvimento agrícola em Iranduba foi apresentado ao Vice-Prefeito/Secretário de Agricultura. O projeto agrícola para pequenos produtores está resumido abaixo:

Atividade de apoio ao pequeno produtor em Iranduba

Crédito Rural:

- Melhoria da eficiência do trabalho administrativo para diminuição do tempo para provisão do crédito;
- Registro e seleção de produtores;
- Formulário de associação (Associação dos produtores para crédito).

Comercialização

- Manutenção das instalações de feiras e mercados;
- Implementação de organização para Comercialização de produtos agrícolas.

Transporte para escoamento dos produtos agrícolas (Terra Firme e Várzea)

- Manutenção de 2 caminhões;
- Manutenção e aluguel de 2 barcos;

Mecanização Agrícola

- Aquisição de 36 tratores através do Programa do 3º Ciclo para as comunidades de várzea.

Outros

- Distribuição de implementos agrícolas (machado, terçado, carrinho de mão, casa de farinha);
- Distribuição de sementes (milho, feijão, mamão, maracujá, melancia);
- Distribuição de mudas de diversas árvores frutíferas;
- Manutenção das estradas rurais;

- Eletrificação rural;
- Elaboração de projetos para os programas: PRONAF, PRODAM, 3º Ciclo, PAGRI, etc.;
- Implementação de poços artesianos;
- Treinamento dos produtores;
- Contrato com o IDAM e EMBRAPA.

(2) Itacoatiara

As opiniões do gabinete do Prefeito obtidas através de entrevistas com o Secretário de Cultura – Sr. Sérgio Colares Carvalho, e com a Secretária do Bem Estar Social – Sra. Elizabeth, são as seguintes:

(a) Destaques das atividades

O gabinete do Prefeito aprovou o plano de desenvolvimento agrícola com duração de quatro anos elaborado pelo Secretário de Produção. O plano abrange sete micro-regiões: Itacoatiara, Arari, Novo Remanso, Rodovia AM-010 (Itacoatiara-Manaus), Estradas vicinais, Canaçari e Cerpa. O Secretário possui seis pessoas em sua equipe das quais 4 são técnicos e 2 são mulheres. O escritório dispõe de uma pequena biblioteca para pesquisa, computador e já foi iniciada a montagem de um banco de dados para ajudar a identificar as associações dos produtores. Outras iniciativas efetivadas a partir de 2001 incluem:

- Criação de um calendário agrícola para cada uma das sete micro-regiões de Itacoatiara e um plano de trabalho de apoio à produção no município em sintonia em este calendário;
- Acordos de pesquisa ou convênios para assistência técnica firmados com EMBRAPA, IDAM, SEBRAE, IBAMA, CEPLAC, INPA, INPAAM e SESCOOP. Com a CEPLAC, o gabinete do Prefeito está montando a implantação de sistema de agroflorestamento de 103 lugares e já recrutou 3 técnicos para desenvolverem as atividades de trabalho com a CEPLAC;
- Firmou convênio com o IDAM e destacou 2 técnicos agrícolas para trabalhar no escritório do IDAM no município;
- Financiou e deu apoio técnico à campanha de combate a febre aftosa e distribuiu kits de material para vacinação do gado, contando inclusive com o trabalho de servidores da prefeitura;
- Criação da câmara de comércio para agronegócios informais dentro da própria Secretaria de Produção;
- Reorganização, reequipamento e reabertura do complexo de beneficiamento de polpa de fruta, através de financiamento do Programa do Terceiro Ciclo, que se encontra desativado por alguns anos;
- Embalagem e distribuição de 2.400 kg de arroz e 2.400 kg de semente de milho para os produtores. As sementes foram obtidas através do Programa do Terceiro

Ciclo. Os sacos plásticos (100.00 sacos de 1 Kg) foram requisitados do Presidente do IDAM;

- Solicitou ao Programa Terceiro Ciclo para promoção da produção de arroz e soja: 2 tratores chineses que serão usados pelos produtores de arroz e máquinas beneficiadoras de arroz e soja e; ainda um trator chinês, 1 veículo, 1 refrigerador e um secador para Secretaria.

(b) Importantes sub-setores a serem fomentados

1. Frutas tropicais e agroflorestamento;
2. Hortas caseiras;
3. Criação bovina, eqüina, caprina, suína e avicultura;
4. Piscicultura e pesca;
5. Melhoria da infra-estrutura básica para comercialização das culturas e do pescado;
6. Plantação de soja e arroz nos terrenos elevados;
7. Desenvolvimento das associações dos produtores;

(c) Visão atual do gabinete do Prefeito sobre assistência aos pequenos produtores rurais

O gabinete do Prefeito gostaria de dar mais atenção aos pequenos produtores, mais do que já receberam no passado. O novo programa de orientação inclui a introdução da extensão rural através da promoção do desenvolvimento das associações dos pequenos produtores. Está também aumentando o apoio técnico agrícola aos pequenos produtores mas gostaria de dispor de um número maior de técnicos agrícolas trabalhando diretamente com o gabinete do Prefeito. Uma terceira providência que está sendo feita é auxiliar os produtores a obter os seus documentos pessoais, especialmente, certidão de nascimento e documentos que possam permitir às associações dos produtores a se transformarem em associações com fins lucrativos sem o que torna-se difícil o ingresso dos associados na área de agronegócios. Uma quarta área de trabalho que gostariam de desenvolver é a piscicultura, porém reconhecem que precisam de mais informação técnica sobre essa atividade para que possam desenvolvê-la.

A Secretária do Bem Estar Social declarou que o gabinete do Prefeito está preparando uma proposta para criação do serviço de cartório flutuante para auxiliar as famílias de produtores rurais a terem acesso aos documentos pessoais. Esse serviço é para facilitar o acesso à emissão da certidão de nascimento e permitir aos produtores tirar outros documentos no Cartório. Em maio de 2001 realizaram teste piloto da eficácia do serviço numa base militar e mais de 500 registros de nascimento foram emitidos em 5 dias.

O gabinete do Prefeito planeja continuar a fortalecer o apoio as associações dos produtores como a ASCOPE, principalmente nas questões de comercialização das colheitas. Também planeja ajudar aos produtores na negociação dos preços de

fertilizantes e cal, pois os preços destes insumos aumentaram muitos nos últimos anos. O gabinete do Prefeito conta com a participação do IDAM e de outras instituições governamentais e é muito receptível ao apoio técnico que pode ser dispensado a muitas áreas. O maior interesse é obter apoio para o desenvolvimento da piscicultura.

Estão propondo os seguintes projetos para financiamento através da AFEAM e BASA:

1. Provisão de 100 pequenos tratores para a melhoria das atividades agrícolas;
2. Melhoramento dos terminais para facilitar a comercialização das culturas agrícolas e do pescado;
3. Criar um complexo de processamento de goma usando mandioca, soja e arroz;
4. Campanha de vacinação e coleta de sangue dos rebanhos;
5. Introdução do sistema de cultura com gaiolas de rede;
6. Reabilitação das instalações de refrigeração do pescado da Colônia dos Pescadores (Z-13).

Nós também propomos subsídio social para o município criar serviço de cartório móvel em barcos que irá alcançar distantes comunidades que residem nos lagos e margem dos rios e também um instalado num veículo tipo van para atender as comunidades que só possuem acesso por estrada secundária ou vicinal. Para conter o êxodo rural da juventude para Itacoatiara propomos um programa de treinamento para jovens lideranças e treinamento em agronegócios através de atividades que visem o fortalecimento da associação de produtores.

(3) Maués

(a) Apresentação

Foi realizada uma reunião com a presença do Prefeito, Sr. Sidney Ricardo de Oliveira Leite, para que se obtivesse as suas impressões sobre as prioridades da produção agrícola em Maués e do provável papel do projeto da JICA. Mais tarde, no mesmo dia, uma outra reunião de acompanhamento foi realizada com a presença do Secretário Municipal de Produção Rural, Sr. Eugênio Borges, para avaliação dos detalhes do plano agrícola de Prefeitura.

(b) Impressões do Prefeito

A prioridade número um do Prefeito na área agrícola é a reestruturação dos serviços de extensão rural do município para um sistema que realmente funcione para atender as necessidades de muitas comunidades em regiões isoladas. Além disso, ele insiste que o crescimento da agricultura, rebanhos e pesca deve ser baseado em sintonia com a proposta de sustentabilidade ambiental. Outras prioridades de interesse do Prefeito são:

1. Melhoria das atividades de beneficiamento agrícola;
2. Aquisição de tratores de baixo custo para muitas comunidades;
3. Criação de viveiros para cultura de árvores de frutas tropicais e guaraná;

4. Recuperação dos guaranazais que estão em declínio;
5. Introdução de animais de raça aprimorada;
6. Fortalecimento da pesca e das atividades de piscicultura;
7. Melhoria da produtividade das atividades de beneficiamento de mandioca;
8. Aumento da produção dos grãos mais importantes (milho, feijão, arroz);
9. Criação de novas agroindústrias;
10. Facilitação do transporte e escoamento dos produtos agrícolas;
11. Melhoria da qualidade de vida dos habitantes da zona rural através da melhoria das condições de habitação, meios para participarem de uma associação e acesso a serviços sociais básicos (energia, saúde e educação).

No tocante à importância da produção do guaraná, o Prefeito explanou quais são as prioridades, na sua opinião:

1. Existe uma necessidade urgente de se melhorar a produtividade através do uso de tecnologias agrícolas que sejam simples e ecologicamente corretas. As tecnologias que hoje são oferecidas aos produtores não dão bons resultados porque são de difícil adaptação;
2. O custo das mudas de guaraná melhoradas é muito alto. Os custos devem ser rebaixados pela introdução de viveiros comunitários sem os materiais fornecidos pela EMBRAPA;
3. Estudos econômicos são necessários para determinar se as várias e complicadas tecnologias promovidas pela EMBRAPA e IDAM são economicamente viáveis;
4. A expansão dos guaranazais deve ser desestimulada mas a recuperação dos guaranazais deve ser estimulada.

Em relação à possibilidade de assistência técnica pela JICA, o Prefeito sugeriu enfoque nas seguintes áreas:

1. Desenvolver uma série de tecnologias simples e de baixo custo que possam melhorar os níveis de produção do guaraná e das frutas tropicais de 20-30%;
2. Facilitar o acesso ao mercado externo dos produtos agrícolas de Maués, principalmente guaraná, frutas e pescados;
3. Diversificar a técnica dos plantadores de guaraná através do incentivo para a adoção do Sistema Agroflorestal (SAF) que dá ênfase ao cultivo misto com frutas, palmáceas e árvores de madeira nobre;
4. Desenvolvimento de uma cooperativa central de guaraná deve ser um objetivo a longo prazo; a curto prazo, deve ser uma cooperativa mista que também receberá e beneficiará frutas e mandioca;
5. Melhoria no beneficiamento da mandioca – novas técnicas são necessárias para aumentar a produção, a qualidade e gerar o beneficiamento de novos produtos, além da farinha.

(c) Detalhes dos 11 pontos do Projeto Agrícola da Prefeitura

O projeto agrícola do Prefeito possui 11 componentes chaves. O detalhe destes

componentes enfocando a reestruturação geral do serviço de extensão e os componentes referentes ao cultivo do guaraná são descritos a seguir. (Aspectos de outros programas estão resumidos em uma tabela no fim deste capítulo).

Projeto para Criação “Pólo de Assistência Técnica” nas comunidades Rurais

O Prefeito criou “Pólos de Assistência Técnica” nas seguintes comunidades rurais:

1. Maués, 2. Menino Deus do Limão, 3. Santo Antonio do Mucajá, 4. Marau, 5. São João, 6. São Pedro (Castanhal de Baixo), 7. Bom Jesus do Canela, 8. Liberdade, 9. Nossa Sra. Lourdes, 10. Osório da Fonseca, 11. São Pedro (Lago Grande).

A base para este serviço “Polar” de extensão reside no requisito de que um técnico agrícola municipal e um trabalhador da área de saúde municipal venham a residir em cada um destes pólos rurais. Cada pólo vai prestar serviços em 10-20 comunidades vizinhas. O gabinete do Prefeito manterá um escritório e providenciará alojamento para os técnicos municipais. A tabela a seguir detalha a estimativa dos recursos necessários básicos para o projeto “Polar”.

Tabela 4.1.6-1 Recursos básicos necessários para o Projeto Municipal de Extensão Rural

Item	Custo anual (R\$)
10 canoas de alumínio de 6m, com motor de 15 hp	66.600,00
2 canoas cobertas de alumínio, com motor de 40 hp	30.520,00
Construção de alojamentos e escritórios em 10 comunidades	200.000,00
Ferramentas básicas de um técnico (mochila, repelentes, ferramentas, facas, botas)	15.000,00
Equipamento de comunicação: radio de onda curta	31.180,00
Combustível, óleo e manutenção	45.600,00

fonte: Gabinete do Prefeito de Maués, 2000

Projeto para Recuperação do Guaranazais

Este projeto é destinado a aumentar a produtividade do guaraná em Maués, através da substituição seletiva de árvores mortas ou em processo de declínio, com clones melhorados de guaraná. O viveiro municipal de guaraná será criado no centro de Maués para garantir as mudas “tradicionais” a baixo custo para os produtores. Além disso, alguns clones “melhorados” serão comprados do viveiro da AmBev. Técnicos municipais e líderes dos produtores irão receber treinamento especial na produção de guaraná. Os recursos básicos necessários para este projeto são descritos abaixo:

Tabela 4.1.6-2 Recursos Básicos do Projeto Municipal para Recuperação do Guaraná

Item	Custo Anual (R\$)
50.000 clones melhorados comprados por ano	75.000,00
50.000 mudas desenvolvidas no viveiro municipal	-
Construção do viveiro municipal (70x100 m)	63.964,00
Treinamento para técnicos e produtores	23.000,00

Fonte: Gabinete do Prefeito de Maués, 2001

Programa para Expansão da Produção de Guaraná

O objetivo deste projeto é expandir os guaranazais produtivos em Maués através de

novas plantações em 450 ha de capoeira, utilizando pacotes de tecnologia simples que irão facilitar o emprego pelos produtores. A preparação mecânica da terra deve ocorrer em 50% destas áreas. O aumento da produção de guaraná vai contribuir para a expansão da oferta de matéria-prima para as indústrias locais de beneficiamento de guaraná.

Tabela 4.1.6-3 Recursos Básicos Necessários para o Projeto Municipal de Expansão do Guaraná

Item	Custo(R\$)
Comprar 50.000 clones melhorados por ano	75.000,00
Produzir 150.000 mudas tradicionais por ano	75.000,00
Custos de mecanização de 200 ha por ano	106.000,00

Fonte: Gabinete do Prefeito de Maués, 2001

Resumo dos Programas Municipais de Guaraná

As seguintes Tabelas apresentam um resumo do Programa Agrícola da Prefeitura para o período de 2001-2005. Estão incluídos os custos estimados de cada programa, o retorno esperado e o número de oportunidades de empregos que serão criados. Os fundos para este programa serão provenientes do orçamento municipal, SUFRAMA, e outras fontes que não foram descritas.

Tabela 4.1.6-4 Componentes do Plano Agrícola Municipal com Orçamento Básico e Resultados, 2001

Nome do Projeto	Renda anual esperada (R\$1,00)	Geração de emprego	Custo total (R\$1,00) 2001-2005
Criação de Pólos Municipais	-	25 técnicos	525.700
Introdução de agricultura mecanizada	-	15 motoristas	1.002.553
Recuperação do Guaraná	1.050.000	875 famílias	461.964
Expansão do Guaraná	1.350.000	675 famílias	768.000
Melhoramento e expansão da mandioca	2.000.000	2000 famílias	633.730
Expansão das frutas tropicais	2.000.000	600 famílias	621.010
Construção de habitação rural de baixo custo	-	4000 famílias	580.000
Produção de grãos básicos	-	-	154.100
Produção de aves	960.000	400 famílias	46.300
Produção de ovinos	200.000	100 famílias	300.000
Gado e laticínios	400.000	30 famílias	291.000
TOTAL	8.460.000		5.384.357

Fonte: Gabinete do Prefeito de Maués, 2001